

UNIVERSIDADE ESTUDAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
CURSO DE FILOSOFIA LICENCIATURA

JOÃO LUCAS LEAL PINTO

***VITA ACTIVA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT***

São Luís

2024

JOÃO LUCAS LEAL PINTO

***VITA ACTIVA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Corpo Docente do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Sales Serejo

São Luís

2024

Pinto, João Lucas Leal

Vita Activa e Totalitarismo em Hannah Arendt / João Lucas Leal Pinto. – São Luis, MA, 2024.

53 f

Monografia (Graduação em Filosofia Licenciatura) – Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Sales Serejo

1.Homem massa. 2.Isolamento. 3.Modernidade. 4.Totalitarismo e Vita activa. I.Título.

**CDU 321.01**

**JOÃO LUCAS LEAL PINTO**

**VITA ACTIVA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Corpo Docente do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em Filosofia.

Aprovado em: 14/03/2024

**BANCA EXAMINADORA**  
Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LINCOLN SALES SEREJO  
Data: 22/03/2024 08:59:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Lincoln Sales Serejo – Orientador

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FABIOLA DA SILVA CALDAS  
Data: 25/03/2024 15:00:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Examinador 1

Prof. Ma. Fabíola da Silva Caldas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

---

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDWARD PEREIRA RODRIGUES JUNIOR  
Data: 27/03/2024 14:52:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador 2  
Prof. Dr. Edward P. Rodrigues Junior

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Dedico este trabalho a Mônica Liene Bezerra  
Leal Serra e a Gláucia Santos Bezerra. Dá-lhe  
Senhor o repouso eterno e brilhe para elas a  
vossa luz.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao término de uma pesquisa, é impossível não agradecer aqueles que estiveram presentes.

Primeiramente, a Deus, por ter me abençoado ao longo do caminho, não me deixando desistir.

Ao Professor Dr. Lincoln Sales Serejo por me acolher como orientando, guiando meus passos. Aos professores pelos ensinamentos concedidos no decorrer da graduação. A Universidade Estadual do Maranhão por possibilitar a execução e a finalização deste trabalho.

Gostaria de agradecer de forma especial a Professora Me. Kamila Sampaio, ao Professor Me. Davi Galhardo e ao Professor Me. Carlos Fernando por terem me ajudado na realização dessa pesquisa, mesmo que momentaneamente.

Aos meus pais, Ana Lucia Leal Pinto e João Oliveira Pinto, que estiveram ao meu lado apoiando toda essa trajetória. Aos meus colegas da Universidade, pelas ideias, dicas e acolhimentos. Aos meus amigos, pela força e paciência. A minha namorada Lina Paula Cutrim Garcia, por todo amor, companheirismo e compreensão. A todos que, direta ou indiretamente, que contribuíram para a realização desse trabalho.

“Todos os homens voltam para casa.  
Estão menos livres, mas levam jornais  
E soletram o mundo, sabendo que o perdem”.

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

O presente trabalho trata de um estudo acerca dos elementos que se cristalizaram e permitiram a ascensão de movimentos totalitários no século XX. Essa pesquisa pretende, a partir da filosofia política desenvolvida por Hannah Arendt, compreender as experiências que contribuíram para a emergência do totalitarismo, bem como as possibilidades de retomada da *vita activa* na construção de uma sociabilidade democrática. Para esse intuito, adotamos uma abordagem hermenêutica filosófica, visando o significado original do pensamento desenvolvido pela filósofa alemã. Assim, abordaremos a caracterização do totalitarismo realizada por Arendt, as implicações políticas das atividades da *Vita Activa* para a sociedade moderna e refletiremos a respeito das possibilidades de construção de uma sociabilidade democrática no momento contemporâneo. A fim de embasar teoricamente este trabalho, se utilizou como referência majoritária a obra *A Condição Humana* (1958) e *Origens do Totalitarismo* (1951). Analisando a tradição política ocidental, vê-se a perda da distinção entre público e privado e a ascensão do social como momentos fundamentais para entender a emergência totalitária. Em seguida, Arendt se vale de uma possível filosofia política de Kant para demonstrar a importância da pluralidade humana. Assim, ver na capacidade dos seres humanos de se comunicar, de expressar ideias e opiniões uma exigência de um senso de comunidade, afinal compartilhamos o mundo com outros seres humanos. Em síntese, a pensadora política alemã define o totalitarismo como uma busca pelo domínio total, ou seja, a completa supressão das dimensões públicas e privadas, buscando a total submissão humana.

**Palavras-Chave:** Homem massa; Isolamento; Modernidade; Totalitarismo; *Vita Activa*.

## ABSTRACT

This research is a study of the elements that crystallized and allowed the rise of totalitarian movements in the 20th century. This research aims, based on the political philosophy developed by Hannah Arendt, to understand the experiences that lead to the emergence of totalitarianism, as well as the possibilities of resuming active life in the construction of democratic sociability. For this purpose, we adopted a philosophical hermeneutic approach, changing the original meaning of the thought developed by the German philosopher. Thus, we will address Arendt's characterization of totalitarianism, the implications of Vita Activa's activities for modern society and we will reflect on the possibilities of building democratic sociability in the contemporary moment. In order to theoretically support this research, the main references were the work *The Human Condition* (1958) and *The Origins of Totalitarianism* (1951). In summary, the German political thinker defines totalitarianism as a search for total domination, that is, the complete suppression of public and private dimensions, seeking total human submission. Returning to tradition, we see the loss of the distinction between public and private and the rise of the social as fundamental moments for understanding the totalitarian emergence. Finally, it uses Kant's aesthetic philosophy to demonstrate the importance of human plurality. In short, based on the understanding that the ability of human beings to communicate, to express ideas and opinions, requires a sense of community, after all we share the world with other human beings.

**Keywords:** Mass man; Isolation; Modernity; Totalitarianism; Vita Activa.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b><i>VITA ACTIVA</i> .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>A crise da modernidade e o declínio do mundo público .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>O Trabalho, a Obra e a Ação como condicionamento da humanidade.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>Juízo e Sociabilidade .....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>TOTALITARISMO .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>Totalitarismo e o processo de massificação.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2</b>	<b>O poder totalitário.....</b>	<b>37</b>
<b>3.3</b>	<b>Ideologia e Terror .....</b>	<b>43</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Hannah Arendt, nascida em Hanôver, Alemanha, foi uma filósofa judia extremamente impactada pelos movimentos totalitários do século XX. Sua jornada intelectual e filosófica muda drasticamente ao tomar conhecimento das atrocidades cometidas no campo de concentração de Auschwitz. A partir disso, teve em vista compreender a emergência totalitária em sua obra *Origens do Totalitarismo*, visando entender as características e possíveis razões para a existência desses regimes para se reconciliar com o mundo.

Em seguida se volta a entender as condições que permitiram a ascensão totalitária, assim em *A Condição Humana* realiza um exercício de pensamento que parte da análise da política grega até a condição do homem na modernidade. Em suma, a pensadora alemã analisa a perda da dimensão pública no mundo moderno e a elevação da esfera social nos assuntos públicos. Ao analisar a condição que a vida foi dada ao homem na Terra ver ao longo da história uma subida da dimensão do trabalho, a mais baixa das condições humanas, ao topo da hierarquia das atividades humanas. O rebaixamento da atividade da ação, referente a pluralidade humana e a política, teve consequências nefastas para a humanidade, por exemplo, o totalitarismo.

Nessa perspectiva, buscaremos, a partir dos estudos realizados por Hannah Arendt, entender que elementos na modernidade foram se agrupando, se somando, até tornarem possíveis a subida ao poder de experiências políticas francamente totalitárias. Como sabemos, Arendt visou entender o surgimento das chamadas sociedades de massas, ou seja, teve em vista captar como esses movimentos poderiam ser aceitos pelos homens. Pensando no conceito de homem-massa, a autora chega a um dos fatores fundamentais do totalitarismo, a saber, a formação de um homem apático, atomizado e sem nenhum interesse pela política. Desde uma perspectiva arendtiana, pela primeira vez na história o homem apolítico ganha protagonismo, melhor dizendo, algo irrelevante para a dimensão pública, assume posição central. Esse fato, sem dúvidas, permite/permitiu, no passado e no presente, ações catastróficas para a civilização como a conhecemos.

Arendt percebe que o totalitarismo, buscando a dominação total, quer suprimir as esferas públicas e privadas. Constata na modernidade a ascensão do social como essa esfera que opera uma espécie de hibridismo entre o mundo comum e o mundo privado. A condição do homem moderno, graças à ascensão da sociedade, é ser pautado pelo comportamento, que busca nivelar, igualar, os seus membros. Dessa forma, cria-se um cenário de isolamento e de perda de qualquer tipo de relação que vise algum interesse comum. A partir das ruínas que separavam o mundo comum do mundo privado, surgiram sociedades massificadas. Utilizando o terror e a ideologia,

os líderes totalitários podem articular essa multidão de homens atomizados, iniciando o movimento totalitário.

Hannah Arendt define sua proposta filosófica de forma simples: “[...] trata-se apenas de pensar o que estamos fazendo” (Arendt, 2020, p. 6). Dessa maneira, ela tem em vista compreender a época na qual está inserida. Neste caso, ela se esforça para compreender o cenário apavorante dos movimentos totalitários do século XX. Observa, pois, que esses movimentos buscavam a completamente sujeição da humanidade e se valiam da ideologia, do terror e da atomização do indivíduo no mundo moderno para alcançar o que denominam de domínio total. Arendt aspira compreender como esses movimentos puderam ter adesão e como podemos evitar, ou melhor dizendo, como podemos construir um mundo onde o totalitarismo não é mais possível.

Em nossa perspectiva, os impactos causados pela obra de Arendt são inestimáveis e os conceitos que ela formulará dão eco para os problemas de nosso tempo. De fato, ao lermos suas obras notamos um grande esforço de destacar o que podemos fazer ante ao totalitarismo e de lançar bases para um mundo que não permita que isto ocorra novamente. Assim, acreditamos que este trabalho tem como norte não só entender os conceitos apresentados pela filósofa, mas também identificar os meios, as ferramentas necessárias para a construção do mundo que seja em sua essência anti totalitário.

O estudo desses movimentos totalitários dá luz a eventos significativos para a nossa história. Os ecos desses momentos podem ser ouvidos até hoje, a compreensão dos elementos que levaram a esses governos é uma forma de analisar o que estamos fazendo. Portanto, ao final desta pesquisa, visamos deixar marcas que nos levem a perguntar o quão perto estamos de dar validade e força política a qualquer governo que se proponha ao domínio total. Visamos deixar, ao longo do trabalho, margens de um horizonte de sentido, uma abertura que permita àquele que leia uma reflexão que, ao mesmo tempo, compreenda os temas aqui propostos e, ao mesmo tempo, o faça voltar para a realidade na qual está inserido de forma crítica.

Tendo em vista as análises que Arendt realizou sobre os movimentos totalitários do século XX e seu esforço de construir um mundo que seja por excelência anti totalitário, além da presente ameaça totalitária existente em nosso tempo, o presente estudo estabelece como problema de pesquisa: quais elementos políticos do mundo moderno permitiram/viabilizaram a emergência da novidade totalitária na cena pública?

Por isto, o objetivo geral é escrutinar, na obra de Hannah Arendt, as experiências que contribuíram para a emergência do totalitarismo, bem como as possibilidades de retomada da *vita activa* na construção de uma sociabilidade democrática. Para tanto, discutiremos a

caracterização do totalitarismo feita por Arendt, as implicações políticas das atividades da *Vita Activa* na sociedade moderna e refletiremos sobre as possibilidades de construção de uma sociabilidade democrática no momento contemporâneo.

A fim de atingir os objetivos específicos em um corpo coerente de análise e argumentação, é adotada uma abordagem metodológica de natureza objetiva e qualitativa. Por esta razão, adotamos uma abordagem hermenêutica filosófica nesta pesquisa, buscando o significado original do pensamento desenvolvido por Hannah Arendt. Dessa maneira, rastreamos as experiências do mundo moderno que levaram ao totalitarismo ao longo do pensamento desenvolvido pela filósofa judia alemã. Assim, teremos em vista analisar qualitativamente esses elementos que se identificam como propulsores da emergência totalitária.

A pesquisa bibliográfica, que está consoante com os objetivos específicos, toma como fonte principal duas obras: *Origens do Totalitarismo* (1951) e *A Condição Humana* (1958). Ademais, serve-se, no plano secundário, de outras que possuem relevância para a pesquisa, tais como *Entre o Passado e o Futuro* (1961); *Lições Sobre a Filosofia Política de Kant* (1982); *Compreender: Formação, Exílio e Totalitarismo* (2008); *Sobre a violência* (1970).

Este trabalho está estruturado em três partes, com esta introdução sendo o primeiro deles. No segundo capítulo, apresentaremos os pontos centrais da teoria de Hannah Arendt na sua obra *A Condição Humana*, com foco especial nos elementos que lançaram as bases para os regimes totalitários, a perda da divisão entre o mundo público e o mundo privado e a subida da dimensão do trabalho na modernidade e abordaremos as considerações políticas de Arendt acerca do conceito de Juízo em Kant, percebendo a dimensão pública como fruto da capacidade humana de exprimir juízos. O terceiro capítulo analisará a caracterização do totalitarismo feita por Arendt, a partir da terceira parte da obra *Origens do Totalitarismo*, sendo o cerne dessa seção os conceitos de Ideologia, Terror, Propaganda, Polícia Secreta, Campo de Concentração, Isolamento e Solidão. Por fim, na última parte, apresentaremos nossas considerações finais.

## **2 VITA ACTIVA**

O capítulo que segue visa entender como o isolamento, a perda da dimensão pública e a ascensão das necessidades biológicas como centro da vida humana, puderam surgir no âmbito da modernidade. A partir do estudo das categorias da *Vita Activa* veremos os elementos que se cristalizaram e formaram um cenário de isolamento que será utilizado pelos regimes totalitários, por exemplo, a perda da dimensão pública e privada.

Também abordaremos que, ao refletir sobre as categorias da *Vita Activa*, Arendt parece querer enfatizar a importância da política, ao ser neste domínio que os homens têm liberdade e podem expressar-se livremente. Dessa forma, as reflexões da filósofa alemã querem “(...) apontar o caminho para uma política que seja anti totalitária” (Fry, 2010, p. 66). Por tanto, esta abordagem à política proposta por Arendt dá prioridade à pluralidade humana. Isso está em consonância ao problema desta pesquisa, definido como: quais elementos políticos do mundo moderno permitiram/viabilizaram a emergência da novidade totalitária na cena pública?

Hannah Arendt em *A condição humana* faz um esforço de retomada à tradição política ocidental para buscar entender os elementos que se cristalizaram e possibilitam os movimentos totalitários, destaque: “[...] compreensão do totalitarismo como um fenômeno de ruptura na história do Ocidente, evento a partir do qual ela se impôs a repensar a política e a tradição do pensamento político” (Duarte, 2000, p. 32). O enfoque nessa seção será então de entender a distinção entre a esfera pública e privada e como o papel dessas dimensões na modernidade impacta diretamente na política.

*Vita Activa* designa três atividades fundamentais para a vida humana, ligadas à condição em que a vida foi dada à humanidade, são elas: Trabalho, Obra e Ação. A atividade do trabalho se conecta ao processo biológico, sendo a própria vida e onde irá reinar todas as necessidades; a obra está ligada ao nosso mundo artificial, às coisas que produzimos para nosso proveito, a mundanidade; por fim, a ação é o campo da pluralidade, onde o homem possui contato com o outro (Arendt, 2020, p. 9, 11).

As atividades contidas dentro da *Vita Activa* dizem respeito à humanidade, melhor dizendo, não podemos jamais abandoná-las. Todas essas atividades só são possíveis porque vivemos em um mundo compartilhado com outrem, Arendt se vale do exemplo do eremita para melhor exemplificar sua tese, cito: “[...] nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos” (Arendt, 2020, p. 27). A atividade da ação, dessa maneira, é única, por depender integralmente da presença do outro.

A ação é a atividade ligada ao conceito de natalidade, ou seja, a ideia de que cada nova pessoa no mundo possui a capacidade de iniciar algo novo. Isso é fundamental para o pensamento arendtiano, pois a categoria central da política será justamente a natalidade, ou seja, o agir. Rompendo com a tradição metafísica que colocava no centro da política a mortalidade, agora temos a natalidade sendo o novo centro de toda atividade política.

Ao retomar esse conceito de *vita activa* tem em vista resgatar uma política que seja por excelência anti totalitária, pois a categoria da ação como centro da vida pública “[...] estimula

e tolera a diferença entre as pessoas em uma plataforma de liberdade na qual as pessoas podem falar e agir como quiserem” (Fray, 2010, p. 72). Já, em contrapartida, o totalitarismo, se valendo do terror e da ideologia, cria uma atmosfera onde o agir humano, a imprevisibilidade, não é possível, visto que os movimentos totalitários buscam o domínio total do ser humano, a previsibilidade.

## 2.1 A crise da modernidade e o declínio do mundo público

Hannah Arendt ao viver a ascensão dos movimentos totalitários nota com clareza o esfacelamento do mundo público e do mundo privado. Por isso mesmo, seu esforço, ao longo da obra *A Condição Humana*, é fazer uma retomada crítica ao pensamento político ocidental, buscando assegurar de forma política e jurídica esse mundo comum (Lafer, 1997, p. 56). Esse esforço de retomada vai fazê-la voltar ao mundo grego e buscar as origens dessa dicotomia, buscando a partir disso valorizar o mundo comum, o campo do agir político, reforçamos: “[...] redescobrir a polis, experiência política paradigmática da Grécia Clássica, que ao seu ver, poderia lançar luzes sobre o moderno declínio da política” (Cardoso Júnior, 2007, p. 30).

Para os gregos essa dicotomia entre esfera privada e pública era claríssima. A pólis era o campo da superação da união por parentesco e a dimensão dos assuntos do lar (*oikia*), privado, era o campo da imposição da necessidade. Em Platão e Aristóteles podemos observar que essa dicotomia é um fato histórico, para ambos somente a companhia social era uma imposição da natureza devido a nossa necessidade de sobrevivência, que pode ser encontrada em todos os outros animais (Arendt, 2020, p. 29). Isso fica evidente quando Aristóteles ao conceber o conceito de *bios politikos* define somente duas atividades como políticas, a ação e o discurso, excluindo tudo aquilo que é apenas necessário e útil.

Historicamente os gregos viam a dimensão do lar (*oikia*) como um elemento pré-político, pois a necessidade governa todos os assuntos e não existe igualdade entre os pares devido à figura do líder. A pólis é o campo, por excelência, da liberdade, porque isentos das desigualdades da esfera do lar podem caminhar entre iguais, destaco: “[...] nem governar, nem ser governados” (Arendt, 2020, p. 39).

A modernidade misturará essas esferas privadas e públicas, o que Arendt realiza é uma aproximação dessa esfera social moderna, a sociedade, do poder tirânico do lar. Como consequência desse choque entre essas esferas, a dimensão da política se torna função da sociedade, ou seja, “[...] a ação, o discurso, e o pensamento são fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social...” (Arendt, 2020, p. 40). É dessa forma que

interesses da dimensão do lar, que, como vimos, assenta na desigualdade e na necessidade, ganham contornos políticos e dessa maneira adentram no mundo público.

No mundo moderno, a sociedade surge como fruto da subida dos assuntos familiares à esfera pública, isso não apenas rompe as fronteiras do privado e do público como também esvazia de sentido essas duas esferas. Para os gregos, a esfera privada representava que você era, literalmente, privado de alcançar as mais altas capacidades humanas e, como consequência disso, você não era humano (Arendt, 2020, p. 47). A modernidade perde essa ideia do lar, tão cara aos gregos, como refúgio ao mundo comum. Dessa forma os assuntos privados se tornam assuntos da esfera pública e o homem moderno perde esse refúgio.

Hannah Arendt considera a sociedade moderna como aquela que exclui a ação humana, a capacidade de iniciar algo novo, uma vez que nivela seus atores, por esperar “[...] certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros” (Arendt, 2020, p. 47). Isso tem como consequência as sociedades massificadas, por demonstrar que a sociedade alcançou seu objetivo final, que era o completo domínio de todos os seus membros e que o comportamento, e não mais a ação, é a principal forma de relação humana (Arendt, 2020, p. 52).

As chamadas sociedades de massas são o produto da ascensão da sociedade no mundo moderno, pois esse homem, ligado somente ao processo vital, biológico, está em condição perfeita de ser dominado. Ver dessa forma que: “Por via da funcionalização e do consumo, foram aumentadas a previsão, a padronização e o controle sobre a capacidade humana de agir e transformar” (Aguiar, 2004, p. 11). A sociedade moderna rebaixa o homem à mais baixa categoria da *Vita Activa*, a atividade do trabalho, que está ligada às necessidades do processo vital.

O mundo moderno é marcado como esse momento onde os processos ligados à sobrevivência da espécie ganham a dimensão pública. A consequência disso é que as comunidades modernas se tornam comunidades de trabalhadores e empregados. Nas categorias da *vita activa* a dimensão do trabalho é aquela ligada a manutenção da própria vida, logo pertence aos assuntos privados. O cenário de subida dos assuntos privados à dimensão pública, representado pela sociedade, leva a uma subida da atividade do trabalho ao mais alto posto, dessa maneira nos tornamos uma sociedade ligada à produtividade do trabalho.

O esforço do pensamento arendtiano é justamente destacar essa dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada. Sobre o domínio público realiza uma dupla definição, em um primeiro momento afirma que é o espaço onde “[...] pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (Arendt, 2020, p. 61). Esta definição cogita assegurar um mundo

no qual o homem possa expressar-se de forma intensa, superando as necessidades e as paixões que estão presentes na esfera privada, apresentando aos seus pares algo relevante e grandioso.

A segunda definição do domínio público diz respeito ao próprio mundo, ou seja, aquilo que é “[...] comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (Arendt, 2020, p. 64). Essa definição carrega consigo a distinção entre mundo e Terra, pois o planeta Terra só diz respeito a um espaço onde posso me mover e um espaço onde as condições gerais da vida orgânica foram dadas ao homem. Esse mundo, em contraposição à Terra, é onde compartilho com o outro aquilo que possuímos de comum, nas palavras de Arendt: “[...] o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si” (2020, p. 64). Esse tipo de definição está ligado ao fenômeno das sociedades de massa, uma vez que representam o rompimento desse mundo devido ao homem não ter relações normais com o seu semelhante. Destaco: “[...] o mundo entre elas perdeu seu poder de congregá-las, relacioná-las e separá-las” (Arendt, 2020, p. 65).

Ainda sobre a definição de mundo público, assinala a permanência como aquilo que permite a existência de um mundo público, pois será aquele mundo de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre a humanidade. Essa permanência é maior que a duração da vida humana, isso interfere na própria construção desse mundo público. Afinal, devemos garantir um mundo para as gerações futuras. Reforço: “Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem de transcender a duração da vida de homens mortais” (Arendt, 2020, p. 67).

Na modernidade, devido ao declínio do domínio público, vemos que não existe mais espaço para que as coisas permaneçam. O mundo comum é o espaço onde a humanidade salvará aquilo que pode se perder no tempo, sublinho: “É a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer brilhar por séculos tudo o que os homens venham a querer preservar da ruína natural do tempo” (Arendt, 2020, p. 68). Isso é percebido de forma mais clara quando, na modernidade, percebemos a perda pela busca da imortalidade, capacidade de realizar grandes feitos, devido à falta de um espaço adequado para essas ações.

O homem moderno, aprisionado em sua subjetividade, não consegue conceber esse mundo público adequadamente, devido à diversidade de perspectivas e visões que devem estar presentes nessa esfera. A ascensão da sociedade e a necessidade de uniformizar o comportamento entre os membros, nivelar a todos e igualar os homens, destrói qualquer diversidade e, conseqüentemente, o domínio público, destaco: “O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva”

(Arendt, 2020, p 71). Como bem salienta Hannah Arendt, não pode existir um mundo comum onde tolhemos do homem a pluralidade de suas ideias e visões, a sua imprevisibilidade.

A esfera privada é vista, na sua aceção original, como privativa. Nessa esfera, a humanidade é, de fato, privada de algo, neste caso o homem está privado “[...] da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas” (Arendt, 2020, p. 72). Vemos que o homem completamente imerso nessa esfera está sem lugar no mundo, lugar este que só existe quando compartilhamos esse mundo de coisas com os outros.

Ecoa na modernidade essa concepção de Arendt sobre a esfera privada, visto que nas sociedades de massas o homem sofre do desamparo devido à falta de contato com o outro.

Nesse caso, a situação dessa sociedade massificada é ainda mais grave, dado que privado de um domínio público e de um domínio privado, a humanidade se encontra sem lugar no mundo, como bem atenta a pensadora alemã:

[...] priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual outrora eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família (Arendt, 2020, p. 72).

Hannah Arendt salienta que a esfera privada era sagrada para as civilizações anteriores à modernidade e as leis serviam como um limite entre os domínios públicos e privados, devendo proteger ambas e assegurar o seu pleno funcionamento, sublinho: “Essa lei-muralha era sagrada, mas só o recinto amuralhado era político” (Arendt, 2020, p. 78). Veja que o lar tinha um caráter sagrado, mas o campo político era um espaço delimitado claramente.

Essa divisão clara requer condições para que se alcance essas esferas. Para os gregos, a riqueza pessoal era apenas a capacidade de suprir todas as necessidades biológicas e, a partir daí, conseguir alcançar as mais altas capacidades humanas e entrar nesse mundo comum (Arendt, 2020, p. 79). Para a modernidade, a riqueza não representava mais uma condição de entrada no mundo comum, ao contrário, consideravam o mundo público como o espaço onde poderiam proteger suas riquezas (Arendt, 2020, p. 83).

A esfera privada ganha contornos relevantes, pois o que está sob sua responsabilidade é muito mais urgente do que as necessidades do mundo comum, uma vez que é o campo das necessidades biológicas. Além disso, é um refúgio contra o mundo público, onde sou visto e ouvido por todos. Isso é relevante, pois: “Uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se, como se diz, superficial” (Arendt, 2020, p. 87). É necessário, para

Arendt, um mundo obscuro, privado, de onde a humanidade possa romper dessa escuridão para apresentar aos seus pares algo grandioso, em um espaço digno, mundo público, que permita que seja visto e ouvido por todos.

## 2.2 O Trabalho, a Obra e a Ação como condicionamento da humanidade

Nesta seção apresentaremos as categorias da *Vita Activa* e as implicações políticas de cada categoria. Ao analisar as condições nas quais a vida foi dada na terra, Arendt define três atividades fundamentais, as quais são: Trabalho, Obra e Ação. Com base nisso, Arendt compreenderá os aspectos políticos dessas atividades e as implicações para o mundo moderno das mudanças realizadas na ordem hierárquica dessas categorias. O que Arendt indica é uma perda progressiva da esfera da ação na tradição, associada ao aumento da importância do trabalho, elevando-o à posição mais alta. O trabalho, assim, representa a redução do cuidado com o mundo, a perda do contato com os outros devido ao isolamento no qual essa atividade se realiza.

Hannah Arendt tece uma crítica a Karl Marx ao analisar a atividade do trabalho na modernidade. É correto afirmar que esse exame se estende a toda nossa tradição filosófico-política, percorre um longo caminho que vai do começo da tradição política com Platão até Karl Marx. Assim assinala sobre uma confusão feita pelo filósofo alemão ao tratar sobre as atividades do trabalho e da obra, assinalamos: “[...] quando Marx enaltece o ‘trabalho’ e a produtividade, ele está se referindo ao homo faber, mas quando define o ‘trabalho’ e a produtividade, ele está falando do animal laborans” (Wagner, 2000, p. 98). A citação ainda se vale das primeiras traduções dos textos arendtianos ao se referir ao trabalho como a dimensão da obra, dessa forma entenda por trabalho o mesmo que obra. Visto isso, observamos a partir da visão de Arendt que ocorre um equacionamento da atividade da obra com o trabalho por parte de Karl Marx, em suma, a crítica reside na incapacidade do trabalho de gerar estabilidade tal qual a dimensão da obra. Por conseguinte, o trabalho, a mais privada das atividades humanas e a mais baixa das atividades dentro da *Vita Activa*, ligada aos ciclos biológicos da vida, é incapaz de gerar estabilidade e de preservar o mundo, assim impedindo o homem de agir, que, na visão de Arendt, é a verdadeira medida de todas as coisas.

Também destacamos que a pensadora alemã se apropriou dos conceitos marxistas, assim chega à ideia de *animal laborans*: “[...] uma humanidade de trabalhadores preocupados somente com as necessidades biológicas, e a partir disso se volta às atividades humanas, a *vita activa*, buscando compreender o significado dessas atividades e suas implicações para a

política” (Young-Bruehl, 1997, p. 254, 255). Assim, define as sociedades modernas como aquela marcada pela dimensão dos trabalhos, uma sociedade de trabalhadores, e a partir disso realiza um esforço de compreender que implicações que isso tem para a política.

A partir do exposto, vemos o esforço de Hannah Arendt em compreender a distinção entre trabalho e obra, pois, em sua visão, a tradição não se preocupou com esta questão, afinal: “[...] todas as atividades não relacionadas ao exercício da liberdade política eram consideradas hierarquicamente inferiores em relação à ação...” (Duarte, 2000, p. 89). Em seguida, distingue essas duas atividades humanas com base na experiência grega, de modo a ver o trabalho como todas as ocupações que visam atender às necessidades dos homens. Analisando a condição do escravo no mundo grego, é possível notar que eles não buscavam mão de obra barata, de maneira oposta, buscavam excluir o trabalho das condições humanas. Isso se deve ao fato de haver uma clara distinção entre o privado e o público na antiguidade.

A modernidade e sua perda da distinção entre mundo público e privado, além da valorização da contemplação, fruto dos filósofos e da religião, levou ao seguinte cenário: “[...] a atividade da política foi rebaixada à posição da necessidade, que, doravante, passou a ser o denominador comum de todas as articulações da *vita activa*” (Arendt, 2020, p. 104). Dessa forma, percebemos que a vida será a condição humana central que guiará as atividades dentro da *vita activa*. A atividade que corresponde a esta condição é o trabalho, sendo assim, tal atividade se eleva a mais alta dentre as atividades humanas.

Para Arendt, o que levou a modernidade a exaltar o trabalho foi a sua produtividade. As atividades da obra e da ação são desprezadas, uma vez que não deixam nada para trás, enquanto a produtividade gera excedentes. Sendo assim: “[...] essa produtividade pode ser canalizada de tal forma que o trabalho de alguns é bastante para a vida de todos” (Arendt, 2020, p. 109).

O problema da exaltação da glorificação do trabalho no mundo moderno é que ela torna todas as coisas em objetos de consumo, o que significou a perda de cuidado com o mundo. Uma das implicações desse movimento é a conseqüente perda da durabilidade do mundo e até de um mundo possível, reforçamos: “Trata-se, portanto, de uma atividade cuja única finalidade é satisfazer as necessidades básicas da vida e que não deixa nenhuma marca durável, uma vez que o seu resultado desaparece no consumo” (de Magalhães, 2006, p. 3). A partir do que assevera Magalhães (2006), deduz-se que a dimensão do trabalho é incapaz de garantir a durabilidade do mundo, visto que todas as coisas produzidas são imediatamente consumidas graças ao incessante ciclo das necessidades humanas.

Voltada aos ciclos incessantes das necessidades humanas, o trabalho, é incapaz de gerar um mundo, dado que mundo, para Arendt, concerne à capacidade dos homens se relacionarem mutuamente e versarem sobre o mesmo: “[...] lugar que reúne e separa a pluralidade de homens que se manifestam pela palavra e pela ação, ao mesmo tempo, em que só ganha os seus verdadeiros contornos se for um objeto de discurso” (Passos, 2013, p. 165). A atividade do trabalho, sendo a mais privada dentre as atividades da *vita activa* não consegue estabelecer vínculo entre os seres humanos, conseqüente, impossibilitando a capacidade de iniciar algo novo e de produzir discursos.

A filósofa alemã diferencia objetos de consumo de objetos de uso. Os objetos de consumo são: “Exigidas por nossos corpos e produzidas pelo trabalho deles, mas sem estabilidade própria...” (Arendt, 2020, p. 116). Dessa maneira, é tudo o que está relacionado ao processo biológico da vida, incluindo as necessidades humanas mais básicas. Já os objetos de uso são: “[...] ambiente de coisas que não são consumidas, mas usadas, e às quais, à medida que as usamos, nos habituamos e acostumamos” (Arendt, 2020, p. 116). Ou seja, a atividade da obra a partir da construção dos objetos de uso consegue garantir a existência de um mundo humano e sua permanência.

Esse caráter mundano não existe ao falarmos da Ação e do discurso, uma vez que, para assegurar a existência real, devem ser vistos e lembrados. Observe que dessa forma para a Ação poder existir precisamos de um espaço onde consiga ser visto por todos, o espaço público, e “[...] da transformação do intangível na tangibilidade das coisas” (Arendt, 2020, p. 117). É necessário que alguém transforme esses atos e discursos em algo, que torne aquilo fugaz em duradouro.

Por conseguinte, a atividade do trabalho não garante a permanência e a durabilidade do mundo, afinal: “Das coisas tangíveis, as menos duráveis são aquelas necessárias ao processo da vida” (Arendt, 2020, p. 117). Isso ocorre, pois, a dimensão do trabalho está ligada aos movimentos cíclicos da natureza. O trabalho preso nesse ciclo natural está ligado aos processos biológicos e seu fim só é atingido com a morte. A atividade do trabalho produz tudo aquilo que se destina ao desenvolvimento da vida humana. Outra característica do trabalho assinalada pela filósofa alemã é a luta contínua contra os fenômenos cíclicos da natureza, melhor dizendo, o crescimento e o declínio de todas as coisas.

Dialogando com a tradição, Hannah Arendt aspira compreender a valorização do Trabalho na modernidade, assim percebe que filósofos como John Locke, Adam Smith e Karl Marx igualam a atividade da Obra com a atividade do Trabalho, citamos: “[...] equacionam a obra com o trabalho, de tal forma que atribuem ao trabalho certas faculdades que somente a

obra possui” (Arendt, 2020, p. 125). Esse equacionamento ocorre devido ao crescimento de riqueza no século XVII, pois as teorias irão se voltar ao fenômeno do processo progressivo, assim: “[...] o conceito de processo veio a ser o termo chave da nova era, bem como das ciências históricas e naturais que ela desenvolveu” (Arendt, 2020, p. 129).

Esse processo, para os teóricos, tinha uma aparência de interminabilidade, graças ao incomum crescimento de riqueza no século XVII. Graças a essa aparência, a única atividade que correspondia às implicações desses processos, aparentemente intermináveis, era a atividade do Trabalho, afinal: “[...] prosseguindo automaticamente em consonância com a vida, fora do escopo das decisões voluntárias ou dos propósitos humanamente significativos” (Arendt, 2020, p. 130).

Unido ao ciclo incessante da vida, o Trabalho se torna a atividade central para a modernidade. O reflexo disso, na visão de Arendt, é o caráter negativo da propriedade como apropriação, ou seja, um ciclo interminável por mais propriedade. A modernidade dessa maneira é caracterizada por: “[...] batalhas em nome da vida, da vida em sociedade” (Arendt, 2020, p. 135). Em contraposição ao mundo público, onde podemos ser vistos e ouvidos por todos, o trabalho, ligado às funções vitais, é a menos comum e incomunicável na atividade da *vita activa*. Concluímos que, ao pensar a propriedade nesses termos do trabalho, a modernidade torna a propriedade tão sem mundo quanto a experiência de se ter um corpo (Arendt, 2020, p. 142).

Ligado apenas aos processos da vida, o *animal laborans* é expelido do mundo, pois: “[...] é prisioneiro da privacidade do seu próprio corpo, adstrito à satisfação de necessidades das quais ninguém pode compartilhar e que ninguém pode comunicar inteiramente” (Arendt, 2020, p. 146). Preso em si e no constante fluxo das exigências corporais, é incapaz de se libertar de suas necessidades biológicas. A libertação das necessidades é a condição na qual a liberdade se dá, isso é confirmado na seguinte passagem: “[...] sua liberdade é sempre conquistada mediante tentativas, nunca inteiramente bem-sucedidas, de libertar-se da necessidade” (Arendt, 2020, p. 149). Preso ao ciclo constante da vida, a atividade do trabalho é incapaz de garantir a liberdade humana.

A liberdade, como analisa Arendt no ensaio intitulado O que é liberdade? é fruto da libertação das necessidades humanas, vejamos: “Essa liberdade, é claro, era precedida pela liberação: o homem deve ter-se libertado das necessidades” (Arendt, 2011, p. 124). Assim, só podemos ser verdadeiramente livres quando superamos as necessidades biológicas, de comer, beber, trabalhar. A pensadora alemã ainda adverte sobre as exigências de possuímos um espaço, o domínio público, onde as pessoas possam expressar essa liberdade.

Em vista do que foi exposto, declara que vivemos em uma sociedade de trabalhadores, estamos em um momento onde “[...] conseguimos reduzir todas as atividades humanas ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância” (Arendt, 2020, p. 156). Toda atividade que não é relacionada ao Trabalho é vista como um passatempo, na visão arendtiana o tempo que excede acaba se voltando ao consumo e não a atividades superiores, as atividades políticas.

Diferente do Trabalho, ligado aos ciclos da natureza e incapaz de produzir estabilidade, a atividade da Obra consegue gerar estabilidade e solidez contra o ciclo eterno da natureza, um mundo. Em síntese, o *homo faber*: “[...] fábrica a infinita variedade de coisas cuja soma de coisas constitui o artificio humano” (Arendt, 2020, p. 169). A obra consegue gerar solidez na vida humana, tornar esse mundo objetivo e frear o eterno movimento da natureza.

Os artefatos humanos, como vimos, criam um mundo. Nesse sentido são: “[...] as barreiras artificiais que os homens interpõem entre si e entre eles e a própria natureza” (Duarte, 2000, p. 101). Dessa maneira, a atividade da obra é aquela que produz estabilidade, que consegue assegurar segurança aos homens. Na obra podemos ver isso nas leis, tendo em vista, por exemplo, a construção de constituições que perduram por séculos, e instituições, pois elas objetivam o mundo, conferem à realidade humana algo objetivo que visa sobreviver ao tempo, ao ciclo de vida e morte dos seres humanos, assim, se confere um espaço institucional que sobrevive aos ciclos naturais.

Toda obra consiste no método de reificação, ou seja, todos os artifícios humanos partem da construção de um modelo prévio. Esse procedimento pode ocorrer em nossa mente ou em um esboço, um ensaio de materialização (Arendt, 2020, p. 174). Arendt afirma a importância desse procedimento, pois esses modelos possuem uma relativa permanência e estabilidade no mundo e a produção de um novo objeto a partir destes protótipos é chamada de multiplicação, diferente da mera repetição dos processos ligados ao Trabalho.

A fabricação é pautada pelas categorias de meios e fins, todo objeto possui um fim, nesse caso, de ser adicionado ao mundo de coisas criadas pelo homem. A repetição decorre da exigência de conseguir subsistência, ou seja, superar suas necessidades. Esses motivos são externos ao fabricante e constituem uma diferença marcante com a atividade do trabalho, como podemos constatar na seguinte passagem: “[...] distintamente da repetição compulsória inerente ao trabalho, na qual o homem tem de comer para trabalhar e trabalhar para comer” (Arendt, 2020, p. 178). Vemos que o *homo faber* é dono de si e de seus atos, diferente do *animal laborans* que está sujeito às necessidades biológicas.

No mundo moderno, a ascensão da atividade do Trabalho ao mais alto patamar torna a distinção entre meios e fins indistinta. Dessa maneira, os processos da obra serão executados à maneira do trabalho: “Os utensílios do trabalho são tragados por esse ritmo até que o corpo e a ferramenta volteiem no mesmo movimento repetitivo” (Arendt, 2020, p. 181). O que irá importar será o ritmo e o processo que será imposto ao trabalhador, ou seja, um ciclo preso às necessidades biológicas, intermináveis. O *animal laborans* sempre viveu em um mundo de máquinas graças à Revolução Industrial. Dessa forma se valeu desses mecanismos para facilitar seu processo vital, muito mais do que criar um mundo, pois o homem é um ser condicionado, criou as condições da própria existência, e assim: “[...] se torna imediatamente condição para sua existência posterior, então o homem ‘ajustou-se’ a um ambiente de máquinas desde o instante em que as concebeu” (Arendt, 2020, p. 182).

A modernidade usa as ferramentas produzidas pelo *homo faber* não mais para construir um mundo, mas para servir aos processos vitais do homem. Em outras palavras, podemos dizer que as máquinas alteraram a mundanidade do artifício humano (Arendt, 2020, p. 186). Arendt não se preocupa com uma possível libertação ou aprisionamento do homem pelas máquinas, a verdadeira questão é: “[...] se estas servem ao mundo e às coisas do mundo ou, se, pelo contrário, elas e os movimentos automáticos de seus processos passaram a dominar e mesmo destruir o mundo e as coisas” (Arendt, 2020, p. 188). Novamente, a pensadora alemã alerta sua preocupação com o mundo e o artifício humano.

Buscando compreender as implicações políticas da atividade da obra, Arendt salienta que a obra é regulada pela relação de meios e fins. Assim, salienta a pensadora alemã, que para o *homo faber* todos os fins justificam os meios. Dessa forma, uma supremacia da atividade da obra implicaria em uma política onde: “[...] todos os fins são constrangidos a serem de curta duração e a transformarem-se em meios para alcançar outros fins” (Arendt, 2020, p. 191). Por conseguinte, a supremacia da utilidade levaria a ausência de significado, pois todas as coisas serão pautadas pela relação meios e fins, pois tudo pode se tornar um meio, mesmo após chegar ao final, assim: “[...] tudo é considerado pelo que pode vir a ser após o processo transformador da fabricação, quer dizer, tendo em vista a sua utilidade para o homem como medida de todas as coisas” (Duarte, 2000, p. 105). Hannah Arendt reitera que o significado deve ser algo permanente e nada perderá de seu caráter depois que for alcançado. Esse utilitarismo, a filosofia por excelência do *homo faber*, como afirma Arendt, leva a uma generalização da serventia e da utilidade como critério último do homem.

O problema desse utilitarismo surge quando: “[...] o processo vital se apodera das coisas e as utiliza para seus fins é que a instrumentalidade limitada e produtiva da fabricação se

transforma na instrumentalização ilimitada de tudo o que existe” (Arendt, 2020, p. 195). Esse cenário corresponde a subida da atividade do trabalho como centro da *Vita Activa*, momento no qual os objetos de uso se tornam bens de consumo, ou seja, estão ligados ao ciclo interminável das necessidades da vida.

Hannah Arendt cita outro problema do utilitarismo do *homo faber*, que se deve à introdução da violência nos assuntos humanos por ser característico da produção de objetos o uso da violência para conseguir as matérias-primas das quais seus produtos são feitos. Esse fato tem profundas consequências na modernidade, citamos: “[...] a fabricação assumiu a condição de principal atividade da vida ativa na sociedade comercial, a conseqüente instrumentalização da política acaba por justificar a utilização da violência para a consecução de seus objetivos” (Cardoso Júnior, 2007, p. 60). Veja que uma sociedade constringida a seguir a relação entre meios e fins, o utilitarismo do *homo faber*, permite o uso da violência para se alcançar o fim que almeja.

A atividade da Obra pode possuir um mundo público, o mercado de trocas. Nas comunidades não políticas da antiguidade a praça pública se torna o espaço do mercado, de exhibir e trocar seus produtos. Nesse espaço exhibe seus produtos aos outros e adquire estima. Os valores desses produtos residem nesse fato, citamos: “[...] passam a existir sempre que os objetos são trazidos para a relatividade da troca, em constante mutação, entre os membros da sociedade” (Arendt, 2020, p. 205). Apesar do mercado de trocas exigir o contato com o outro, o mundo público, não implica necessariamente em uma relação política, pois os objetos do *homem faber* são produzidos de forma privada e feitos para o uso privado e suas relações com o outro se dar enquanto fabricante.

A pluralidade humana tem como aspectos a igualdade e a distinção, as condições básicas para a ação e o discurso, ressaltamos: “[...] a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos” (Arendt, 2020, p. 217). Somos seres únicos, o discurso e a ação é o que permite a distinção entre os homens e anuí que o homem se insira no mundo.

A ação, de forma geral, é agir, tomar iniciativa, imprimir movimento a algo. Devido ao nosso nascimento, somos impelidos a agir, afinal cada nascimento indica a possibilidade de algo novo no mundo, assim sendo cada ser humano: “[...] é capaz de realizar o infinitamente improvável” (Arendt, 2020, p. 220). A ação diz respeito à natalidade, definida como a “[...] possibilidade de o novo sempre aparecer no mundo, de se começar algo inesperado...” (Cardoso Júnior, 2007, p. 32) e o discurso representa a pluralidade humana e a capacidade de se distinguir.

Ao agir e ao falar, o homem revela quem ele é, para que essa revelação seja possível é necessário existir um mundo comum: “[...] a ação requer, para seu pleno aparecimento, a luz

intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível no domínio público” (Arendt, 2020, p. 223). A revelação de quem alguém é está presente em tudo que faz ou diz, logo, torna-se necessário um campo onde esse homem possa se revelar, ser visto e ouvido por todos, o domínio público.

Hannah Arendt afirma que é impossível traduzir o que o homem é, ou seja, sua essência. Podemos falar de seus feitos e características, mas não alcançaremos o que ele de fato é, essa característica pauta todos os assuntos humanos: “[...] fator básico da incerteza, igualmente notória, não apenas de todos os assuntos políticos, mas de todos os assuntos que se dão diretamente entre os homens” (Arendt, 2020, p. 225). Todas as temáticas humanas são pautadas por incerteza e imprevisibilidade. A ação e o discurso revelam o agente que atua e fala, porém, o que revelamos e as consequências dos nossos atos estão além do nosso controle.

Os atos e os discursos se inserem na teia de relações humanas, que pode ser definida como uma rede de interesse “[...] se situa entre as pessoas e que, portanto, é capaz de relacioná-las e mantê-las juntas” (Arendt, 2020, p. 226). A ação e o discurso estão relacionados com a complexa trama de interações humanas, com a realidade objetiva mundana que esses enredos se conectam, além de permitirem a revelação do agente. Apesar dessa teia de relações humanas, a plena compreensão de quem alguém é só ocorre quando: “[...] conhecermos a história da qual ele é o herói — em outras palavras sua biografia” (Arendt, 2020, p. 230, 231).

A obra e seu processo de fabricação são feitos privadamente, porém a Ação jamais é feita no isolamento da privatividade: “Estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (Arendt, 2020, p. 233). A atividade da obra está envolta no mundo de coisas, em contrapartida, a atividade da ação está envolta de atos e palavras, a teia de relações humanas, que estão em contato permanente. Isso posto, podemos afirmar que o agir humano começa por uma pessoa, mas a realização dos atos necessita da associação de várias pessoas, que juntas realizam algo. Ademais, a capacidade de começar algo novo tem a tendência de romper com os limites e transpor todas as fronteiras, assim a ação é marcada por uma forte imprevisibilidade (Arendt, 2020, p. 236).

Se valendo da experiência grega, Arendt exemplifica as diferenças entre Obra e Ação. Para os gregos a legislação não é política, visto que a construção das leis era um produto da fabricação, conseqüentemente é anterior ao próprio agir político, vejamos: “[...] era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro da qual pudesse ocorrer todas as ações subsequentes...” (Arendt, 2020, p. 241). Veja que o legislador fabrica um espaço no mundo, que seja sólido e objetivo, o que denominamos de espaço público, onde os homens podem agir.

O agir humano é imprevisível e as escolas socráticas, ao perceberem isso, se voltaram ao ato de legislar, pois, sendo um produto da fabricação, conseguem maior confiabilidade. Essa maior confiabilidade, em contrapartida, prejudica a ação: “[...] destroem seu autêntico significado, que é a aparição do sujeito num contexto em que sua opinião é levada em consideração quanto ao que será feito do mundo vivido pelos que com ele o compartilham” (Turbay, 2013, p. 130). Apesar disso, para os socráticos, legislar era a mais autêntica atividade política e um remédio para a fragilidade dos assuntos humanos (Arendt, 2020, p. 242). Já os gregos, buscando remediar o quão frágil eram os atos e discursos humanos, criaram uma plataforma onde os grandes feitos humanos pudessem ser lembrados, a pólis.

A pólis esperava aumentar as chances de os homens conseguirem fama imortal, seu principal objetivo era: “[...] fazer do extraordinário uma ocorrência ordinária da vida cotidiana” (Arendt, 2020, p. 244). Outro objetivo era ser esse lugar seguro onde esses grandes feitos seriam rememorados, uma memória organizada. Essa memória garantiria que as leis e a organização desse espaço fossem preservadas e salvas do tempo.

A solução grega, a pólis, era a construção de um espaço de aparência, visto que “Trata-se do espaço da aparência no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens existem não meramente como as outras coisas vivas ou inanimadas, mas fazem explicitamente seu aparecimento” (Arendt, 2020, p. 246). Dessa forma, a ação e o contato com o outro gera esse espaço onde posso aparecer e ser visto e ouvido por todos, reforçamos: “[...] palco comum a todos os habitantes, onde os indivíduos atores poderiam aparecer e contracenar, tendo assim reconhecidas e certificadas as suas existências pelos demais cidadãos-espectadores” (Cardoso Júnior, 2007, p. 33). Esse espaço precede toda forma de governo, organização de um espaço público, e surge sempre que os homens se reúnem.

O que mantém esse ambiente é o poder, definido por Arendt, a partir da experiência da cidade-estado de Atenas, não como uma relação mediada pelas métricas de mando e obediência, mas se assentava no: “[...] apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e este apoio não é mais do que a constituição do consentimento que trouxe às leis a existência” (Arendt, 1994, p. 34). A partir do exposto, a pensadora alemã irá afirmar que o mundo público só existe graças ao poder, visto que: “É o poder que mantém a existência do domínio público, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam” (Arendt, 2020, p. 248). Esse poder se dá potencialmente, por depender da reunião dos homens, a impotência representaria essa falta da capacidade de agir, de conseguir reunir os homens em prol de determinado interesse, em síntese: “[...] a polis é o locus de um poder dialógico, comunicativo, respeitador da pluralidade humana” (Cardoso Júnior, 2007, p. 35).

A ação possui três frustrações, nas quais toda a nossa tradição política tentou abrandar, são elas: a imprevisibilidade de resultados, a irreversibilidade do processo e o anonimato dos autores (Arendt, 2020, p. 272). As tentativas de remediar essa questão são vistas na substituição da ação pela fabricação. Arendt, por exemplo, alerta sobre os discursos contra a democracia que argumentam sempre contra os elementos indispensáveis da política.

Um desses elementos é a pluralidade, condição imprescindível ao domínio público, sua completa supressão eliminaria o espaço público (Arendt, 2020, p. 273). A proteção contra a pluralidade humana pode ser vista mediante um governo de um homem só, como nas monarquias e tiranias. Platão e Aristóteles, por exemplo, buscando superar a fragilidade dos assuntos humanos, pensaram as comunidades políticas em termos de governantes e governados, refletindo nas formas de governo: “[...] governo de um ou monarquia, governo de poucos ou oligarquia e governo de muitos ou democracia” (Arendt, 2020, p. 275).

Outra forma de superar as frustrações da atividade da ação é pensar a política nos termos da fabricação. Hannah Arendt alerta sobre os perigos desse pensamento para a política: “[...] não poderemos impedir que alguém recorra a todos os meios para alcançar fins reconhecidos” (Arendt, 2020, p. 284). Essa tentativa de substituir a ação pela fabricação degrada a política e surge da busca de lugares seguros e estáveis no âmbito dos assuntos humanos, além de permitirem a subida de governos que eliminem elementos da ação, por exemplo, a pluralidade.

A ação não se encerra em um único ato, mas vai se multiplicando a partir de suas consequências, em suma, a ação não tem fim: “O processo de um único ato pode perdurar, literalmente, por todos os tempos até que a própria humanidade tenha chegado a um fim” (Arendt, 2020, p. 289). Esse atributo da ação levou os homens a desprezarem os assuntos humanos, a se considerarem menos livres devido à incapacidade de controlarem as consequências de seus atos. Uma solução a essa qualidade da ação é a abstenção completa, uma busca pela soberania individual, representando para Arendt uma negação da liberdade humana: “[...] nenhum homem poderia ser livre, pois, a soberania, o ideal da inflexível autossuficiência e autodomínio, contradiz a própria condição da pluralidade” (Arendt, 2020, p. 290). Essa soberania seria impossível, pois a condição humana na Terra é compartilhada com outras pessoas, além de que eliminar a imprevisibilidade humana é empreender o domínio arbitrário de todas as outras pessoas.

Como a ação não possui um fim, torna-se necessário que o homem busque reparar seus atos e discursos, mesmo que não consiga medir as consequências do que fez. Assim, a condição de se redimir de suas ações é através do perdão, definido como a qualidade humana de perdoar

feitos do passado. A atividade do Trabalho e da Obra possuem também formas de perdão, todas elas vêm de fora. O *animals laborans*, aprisionado no ciclo vital, é capaz de se corrigir através da fabricação e produção, já o homo faber, ausente de significado e valores, devido à sua visão de meios e fins, consegue se redimir por meio da ação e do discurso. A ação não precisa de algo externo, por ser potência da própria ação a habilidade de perdoar. Destarte, o perdão é necessário, pois: “[...] nossa capacidade de agir, por assim dizer, ficaria limitada a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos...” (Arendt, 2020, p. 293). Desta forma, o feito de perdoar garante o agir humano, permitindo um novo recomeço, que o homem consiga se recuperar de seus atos para novamente iniciar algo novo.

A ação também é marcada pela sua imprevisibilidade, isso ocorre devido a uma inconfiabilidade entre os homens e à impossibilidade de prever as consequências das ações humanas (Arendt, 2020, p. 302). A promessa é conceituada como a capacidade de criar ilhas de seguranças diante da incerteza dos assuntos humanos, visto que: “[...] sem as quais nem mesmo a continuidade seria possível nas relações entre os homens — para não mencionar todo tipo de durabilidade” (Arendt, 2020, p. 293). Logo, a promessa seria o meio mais adequado para criarmos alguma previsibilidade, ao se reunirem e agirem em concerto, a força que liga essas pessoas é a promessa: “[...] dispor do futuro como se fosse o presente, isto é, do enorme e realmente milagroso aumento da própria dimensão na qual o poder pode ser eficaz” (Arendt, 2020, p. 303). A promessa tem essa função de estabelecer algumas previsibilidades e permitir maior confiabilidade com relação aos assuntos humanos.

Ao refletir sobre a atividade da ação, a pensadora alemã afirma sua importância nas categorias da *vita activa*. Para tanto, afirma que compartilhamos o mundo com os homens e a dimensão da ação humana é aquela que considera a pluralidade humana e a preserva. Reforçamos essa posição de Arendt na seguinte passagem: “a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos” (Arendt, 2020, p. 217). Dessa forma, a ação é a capacidade humana de iniciar algo, é o que permite a pluralidade humana de se expressar entre outros seres, podendo assim se inserir no mundo, apesar de todas as suas diferenças. Outro fator fundamental da ação para a pensadora alemã é a capacidade de se reconciliar com o mundo através da capacidade do perdão. A promessa também se mostra uma dimensão fundamental na medida que alguma previsibilidade, ou seja, alguma segurança para a ação humana, é criada.

### 2.3 Juízo e Sociabilidade

Buscando compreender as razões pelas quais as pessoas podem aceitar os planos de domínio total dos regimes totalitários, Arendt compreenderá as implicações do juízo humano. André Duarte reforça essa posição arendtiana no seguinte trecho: “Para compreender em qual sentido particular Arendt atribui certos efeitos políticos e éticos ao pensamento e ao juízo é preciso ter em mente os riscos implicados pela ausência de pensamento e da capacidade de julgar” (Duarte, 2000, p. 348). Assim, podemos perceber que os juízos possuem implicações políticas e que a ausência do pensar e do julgar na modernidade trouxe efeitos nefastos para os homens, em destaque, o totalitarismo.

A partir do que foi colocado no tópico anterior, veremos que Arendt irá se explorar outro autor que também está convicto do fato de que compartilhamos o mundo com outros homens, o filósofo prussiano Immanuel Kant. Dessa maneira, a atividade da ação, tão fundamental para o pensamento de Arendt, também considera o fato de vivermos em um mundo compartilhado com os outros. A partir disso emprega um esforço de encontrar uma filosofia política nas obras do pensador prussiano, assim chega a sua filosofia estética e a ideia de juízo.

Assim, teremos em vista demonstrar como Arendt apresentou uma possível filosofia política em Kant. Através do conceito de juízo, Hannah Arendt mostra como a pluralidade humana, o fato de não estarmos isolados, mas vivendo em conjunto, é a condição pela qual se dá a construção de juízo de gosto. Também evidencia que a pluralidade é o que impulsiona as produções e atitudes humanas. Em suma, gostaríamos de, através das análises políticas da categoria do juízo, conseguir descrever como a pluralidade é uma categoria fundamental para a pensadora alemã.

Hannah Arendt, em sua obra *Lições sobre a filosofia política de Kant*, visa encontrar uma filosofia política nos textos do filósofo prussiano Immanuel Kant. Arendt, ao longo das suas reflexões, realiza uma extensa análise dos escritos políticos do pensador prussiano, além de outros textos do mesmo, buscando conceitos-chave que ampliem a sua própria filosofia política. Nesse caso em específico, volta sua atenção à obra *Crítica da Faculdade do Juízo de Kant*.

Isso posto, analisa as obras do filósofo prussiano para encontrar possíveis questões que Kant deixa em suspenso, dessa forma se depara com a questão da sociabilidade, definida como:

“[...] o fato de que nenhum homem pode viver sozinho, de que os homens são interdependentes não apenas em suas necessidades e cuidados, mas em sua mais alta faculdade, o espírito humano, que não funcionaria fora da sociedade humana” (Arendt, 1993, p.18).

Assim, para Kant, uma das questões fundamentais e que, para Arendt, foram postergadas até o final da sua vida, é a explicação do porquê os homens existem.

Porém, ao final da sua vida, Kant visa compreender as organizações políticas humanas, fugindo de questões particulares, assim: “[...] seu interesse não mais se voltou exclusivamente para o particular, para a história, para a sociabilidade humana” (Arendt, 1993, p. 23). A pensadora alemã percebe em Kant uma busca pelo entendimento de como as organizações políticas de um estado funcionam, como uma comunidade política se funda, como preocupações tardias de seu pensamento, destacamos: “É precisamente esse problema de como organizar um povo em um Estado, como constituir o Estado, como fundar uma comunidade política, e todos os problemas legais relacionados a essas questões, o que ocupou Kant constantemente durante seus últimos anos de vida” (Arendt, 1993, p. 24).

Ao final de sua vida, percebe Arendt, o problema que moverá Kant será: “[...] como reconciliar o problema da organização do Estado com sua filosofia moral, isto é, com o preceito da razão prática” (Arendt, 1993, p. 26). O preceito a que se refere a filósofa alemã é o imperativo categórico kantiano, que afirma que: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal” (Kant, 2007, p. 59). A partir disso, Arendt explana que Kant considera o homem mau como aquele que abre uma exceção ao imperativo categórico, que secretamente age dessa forma.

Visto isso, na visão arendtiana, o grande foco dessa passagem deve ser a ideia de secreto, pois os homens agem assim tendo em vista o caráter negativo de suas ações para os outros. Dessa forma, afirma Arendt: “E, em política, distintamente da moral, tudo depende ‘da conduta pública’” (Arendt, 1993, p. 26). A filósofa alemã já indica o que seria para ela o conceito central de uma possível filosofia política de Kant, a ideia de publicidade, reforçamos: “Publicidade é um dos conceitos-chave do pensamento político kantiano; nesse contexto, ele aponta a sua convicção de que os maus pensamentos são secretos por definição” (Arendt, 1993, p. 27).

Em outras passagens, Arendt volta a essa questão da moralidade, afirmando que Kant considerava a importância de um acontecimento a partir das considerações públicas sobre determinada ação, vejamos: “A importância do acontecimento [*Begebenheit*], para ele, está exclusivamente no olho do espectador, na opinião dos observadores que proclamam sua atitude em público” (Arendt, 1993, p. 61). Assim, o caráter moral de uma ação depende da aprovação do outro. Kant ressalta também que essas reações dizem respeito à própria moral da humanidade.

Apesar de, por exemplo, o imperativo categórico dizer a respeito às ações individuais de alguém, a avaliação dessas atitudes corresponde a uma estimativa externa, a estima que esse

comportamento gerará nos outros, dessa forma: “A moralidade, aqui, é a coincidência entre o privado e o público” (Arendt, 1993, p. 64). Podemos inferir que as ações morais partem dos feitos de uma vida privada, mas a sua aprovação depende da avaliação pública.

A publicidade é um tópico fundamental para Kant, pois o filósofo prussiano percebe o fato de compartilharmos o mundo com outras pessoas, assim Arendt destaca essa ideia na seguinte passagem: “Kant está convencido de que o mundo sem o homem seria um deserto e, para ele, um mundo sem o homem significa: sem espectadores” (Arendt, 1993, p. 79). A publicidade se relaciona com a proposta de um pensamento crítico, definido por Arendt como: “[...] sinalizar a trilha do pensamento em meio aos preconceitos, em meio às opiniões não examinadas e às crenças” (Arendt, 1993, p. 49).

O pensamento crítico, tão defendido por Kant, implica essa publicidade, visto que o: “[...] pensamento depende de seu uso público; sem o ‘teste do exame livre e aberto’, nenhum pensamento, nenhuma formação de opinião são possíveis” (Arendt, 1993, p. 53). Para Kant, a condição sem a qual não há pensamento humano é a publicidade, ou seja, só expressamos nossos pensamentos, uma vez que podemos nos comunicar com o outro. Arendt sintetiza essas ideias na seguinte passagem: “Ora, comunicabilidade implica uma comunidade de homens a quem se endereçar, os quais estão ouvindo e podem ser ouvidos” (Arendt, 1993, p. 55). Nisso, na visão arendtiana, reside o caráter político do pensamento humano. O mesmo não ocorre, por exemplo, nas sociedades massificadas, pois os homens são incapazes de qual relação social.

O conceito de mentalidade alargada, definida como a capacidade humana de considerar o pensamento do outro, presente na Crítica da Faculdade do Juízo de Kant, também implica essa publicidade humana, citamos: “[...] encontramos a noção de que podemos ‘alargar’ o próprio pensamento a ponto de considerar os pensamentos dos outros” (Arendt, 1993, p. 56).

André Duarte exemplifica essa ideia de mentalidade alargada, destacamos:

Segundo a sua interpretação, aquele que julga deve levar em consideração os juízos possíveis de todos os outros em seu processo de constituição, isto é, deve colocar-se em pensamento no lugar dos outros, a fim de libertar-se das condições privadas e subjetivas próprias à posição que cada um ocupa no mundo. (Duarte, 2000, p. 360)

Dessa forma, o pensamento humano tem essa capacidade de se alargar, ou seja, expandir, em razão de estar em contato com a opinião dos outros, assim nosso pensamento está em constante teste. Apesar disso, Arendt salienta que: “Kant nos diz como levar os outros em consideração; ele não diz como nos associar a eles para agir” (Arendt, 1993, p. 58).

Ainda sobre a obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, Hannah Arendt afirma que nela reside com o que poderíamos chamar de uma filosofia política kantiana, dado que: “[...] ao discutir a produção de obras de arte em sua relação com o gosto, que julga e decide sobre elas, confronta-se com um problema análogo” (Arendt, 1993, p. 79). Essa questão análoga à qual se refere é a sociabilidade humana, ou seja, ao fato de vivermos em contato com o outro, de sermos seres plurais.

Hannah Arendt utiliza a questão do gosto para traçar paralelos entre o público e o artista, e os homens que compartilham do espaço público. Dessa maneira, afirma que: “A condição *sine qua non* da existência de objetos belos é a comunicabilidade; o juízo do espectador cria o espaço sem o qual nenhum desses objetos poderia aparecer” (Arendt, 1993, p. 80, 81).

Vemos, assim, que a condição indispensável para os objetos considerados belos é um ambiente onde possam aparecer e ser vistos por todos, podendo ser avaliado. A partir dessa consideração, Arendt traça um paralelo direto com a sua filosofia política, afirmando que a esfera pública possui as mesmas características, destacamos: “O domínio público é constituído pelos críticos e espectadores, não pelos atores e criadores” (Arendt, 1993, p. 81).

O paralelo com a sua filosofia política continua ao se valer das constatações de Kant acerca do gosto e do olfato, assim: “[...] o gosto e o olfato são os mais privados dos sentidos; isto é, o que sentem não é um objeto, mas uma sensação, e essa sensação não está referida a um objeto, não pode ser lembrada” (Arendt, 1993, p. 85). A vista disso, é possível afirmar que a experiência do gosto e do olfato são vivenciadas de forma privada, subjetivas, não podemos ser comunicadas aos outros, pois as experimentamos interiormente.

A partir disso, Arendt se questiona sobre como então conseguimos emitir juízos acerca de experiências tão privadas, a saída encontrada por Kant é: “A solução para esses enigmas pode ser indicada pelos nomes de duas faculdades: imaginação e senso comum” (Arendt, 1993, p. 85). A imaginação, definida como à capacidade de trazer de volta o objeto apreciado para o pensamento, permitindo a reflexão sobre o mesmo, acarreta o seguinte cenário onde: “O belo agrada na representação, pois agora a imaginação preparou-o de modo a que eu possa refletir sobre ele” (Arendt, 1993, p. 86).

Já o senso comum, faculdade que interessa aos objetivos da filosofia política desenvolvida por Arendt, é: “[...] algo não-subjetivo no que parece ser o mais privado e subjetivo dos sentidos” (Arendt, 1993, p. 86). A filósofa alemã salienta que o objeto belo só interessa às pessoas quando estão em sociedade. Outras situações também destacadas são o constrangimento que sentimos ao não apreciar o objeto belo da mesma forma que os demais e quando renunciamos a algum gosto devido a outra pessoa.

Hannah Arendt, então, afirma que o juízo, especialmente o juízo de gosto: “[...] sempre reflete-se sobre os outros e o gosto deles, levando em conta seus possíveis juízos” (Arendt, 1993, p. 87). Isto posto, vemos que os gostos humanos são impelidos pelos outros, possuímos essa dimensão dupla, ou seja, vivenciamos os gostos privadamente, porém esses gostos se direcionam ao mundo, assim, afetando e sendo afetados por aqueles com quem compartilhamos o mundo. Assim, a filósofa alemã destaca que isso faz parte da nossa condição humana, visto que: “Isso é necessário porque sou humano e não posso viver sem a companhia dos homens” (Arendt, 1993, p. 87).

Assim, a filósofa alemã define o senso comum dessa maneira: “[...] este *sensus communis* que o juízo apela em cada um, e é esse apelo possível que confere ao juízo sua validade especial” (Arendt, 1993, p.93). Nossos juízos, dessa forma, apelam ao senso comunitário, buscando pelo menos pretender a concordância geral. Assim, na visão arendtiana, sempre julgamos algo enquanto membros de uma comunidade, reforçamos:

Segundo Arendt, o *sensus communis* constitui aquele “sentido extra” que sintetiza as funções dos cinco sentidos privados em sua relação com o mundo exterior, garantindo a comunicabilidade das sensações ao impedir que elas se enclausurem em sua particularidade intransponível, incomunicável e inafiançável (Duarte, 2000, p. 361).

Nossos juízos conseguem gerar significados ao mundo, reforçamos: “[...] ela observou que a esfera pública, constituída pela pluralidade de espectadores, dota as coisas de significado” (Jardim, 2011, p. 149).

O que Arendt constata é que a sociabilidade humana não é uma meta que a humanidade deve alcançar, mas sim: “[...] a própria essência dos homens na medida em que pertencem apenas a este mundo” (Arendt, 1993, p. 95). Assim, somos seres condicionados à sociabilidade, tendo em vista que não nascemos isolados, mas compartilhamos o mundo um com os outros, dessa maneira “A existência dessa comunidade depende, exclusivamente, do exercício da capacidade de julgar” (Jardim, 2011, p. 148). Destarte, a capacidade de inferir juízos atesta esta condição de sermos plurais, pois conseguimos aliar o particular, o privado, e o geral, o público.

Hannah Arendt viveu de perto a ascensão dos regimes totalitários no século XX, fato que mudou profundamente sua vida e sua jornada filosófica, basta ver a busca por demonstrar a importância de se preservar a pluralidade humana. Assim, nos capítulos seguintes, veremos que o totalitarismo é o momento marcado por uma forte atomização social, ou seja, o fato de os seres humanos estarem isolados, incapazes de qualquer relação social baseada no senso comum e até da sua capacidade de julgar. Condição que resultou em sociedades compostas por homens

massas, conceito que será desenvolvido a seguir. Assim, analisaremos as características dos fenômenos totalitários efetuadas pela filósofa alemã e a compreensão do isolamento como condição pela qual o totalitarismo foi possível.

### **3 TOTALITARISMO**

A partir do que foi exposto anteriormente, analisaremos a caracterização dos regimes totalitários elaborada pela filósofa alemã. Para tanto, veremos a condição que impulsionou a emergência totalitária, melhor dizendo, captamos que características da modernidade levaram os seres humanos a apoiarem esses líderes totalitários. Em suma, Arendt assinala que a condição pela qual o Totalitarismo foi possível foi graças às sociedades de massas, fruto de uma sociedade burguesa de competidores que gerou apatia, indiferença e ódio à política ou, até, a qualquer instituição baseada em interesses comuns.

#### **3.1 Totalitarismo e o processo de massificação**

Hannah Arendt acredita que a melhor forma de caracterizar os movimentos totalitários é a partir da constatação da superficialidade dos seus líderes. Na visão da filósofa alemã, o totalitarismo ocorreu na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin e essa superficialidade é observada com a rapidez com que foram esquecidos e substituídos. Isso decorre da própria essência dos movimentos totalitários, visto que: “[...] só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo que os rodeia” (Arendt, 2012, p. 434). Essa urgência de movimentação gera uma superficialidade, pois o mais importante para o totalitarismo é o constante movimento, portanto se torna essencial substituir qualquer um para garantir a continuidade do movimento.

Os movimentos totalitários só podem existir a partir do apoio das massas. A expressão massa se refere a um grupo de pessoas que “[...] não podem se integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores” (Arendt, 2012, p. 439). Observamos assim que as massas são compostas por grupos de homens que não possuem interesses em comum, que são indiferentes a qualquer administração que necessitam do contato com o outro.

Os líderes desses movimentos se valeram dessas massas indiferentes à política e moldaram esse grupo de pessoas para atingir seus fins. A partir do ódio que as massas possuíam de todos os partidos, empregaram “[...] métodos que levavam à morte em vez de persuasão,

que traziam terror em lugar de convicção” (Arendt, 2012, p. 439). O cenário que os líderes totalitários encontraram foi de homens que não necessitavam de argumentos e persuasão para aceitarem os seus planos, se encontrando em um cenário onde a morte e o terror bastavam para aceitarem ser liderados.

Segundo Halanne Fontenele Barros podemos observar que Hannah Arendt constrói sua concepção das massas a partir da “[...] sociedade europeia pós-primeira guerra mundial, na qual ela percebe uma ausência de classe social entre elas e mesmo uma espécie de indiferença para com o discurso partidário” (2012, p. 32). Visto isso, o totalitarismo surge a partir da ruína da sociedade de classes e os regimes não se valem de discursos partidários, devido ao desprezo que a população tinha pelos partidos políticos. Assim, os líderes totalitários falavam com o povo e, conseqüentemente, buscavam ser um representante do povo e também se proclamavam como movimentos políticos e não movimentos partidários (Barros, 2012, p. 32).

A novidade totalitária para Arendt mostra que as massas indiferentes à política, neutras, que compõem a grande parte da população de um estado, são importantes para a democracia. Isso é graças ao fato de que a liberdade democrática só possui “[...] significado e funcionam organicamente quando os cidadãos pertencem a agremiações ou são representados por elas, ou formam uma hierarquia social e política” (Arendt, 2012, p. 440). Assim, essa massa de homens indiferentes à política está refém de um discurso político totalitário e dispostos a seguir esses líderes.

Além da indiferença à política, a pensadora alemã cita como um dos fatores determinantes para o totalitarismo a sociedade de consumidores a partir da ascensão da classe burguesa ao poder, o que gerou: “[...] apatia, e até mesmo a hostilidade, em relação a vida pública” (Arendt, 2012, p. 441). Esse sentimento existia naqueles que eram explorados pela classe burguesa e também na própria classe.

Esse cenário acarreta a perda da dimensão política do homem, da consciência de seus deveres e responsabilidades, destacamos:

Tanto a antiga apatia como a nova exigência de direção monopolística e ditatorial resultavam de uma filosofia para a qual o sucesso ou o fracasso do indivíduo em acirrada competição era o supremo objetivo, de tal modo que o exercício dos deveres e responsabilidades do cidadão era tido como perda desnecessária do seu tempo e energia (Arendt, 2012, p. 441)

Assim, em um cenário de constante competição, onde a busca pelo sucesso era a finalidade do homem, as obrigações políticas eram relegadas a segundo plano.

A partir desta sociedade burguesa de constante competição, onde o objetivo era exclusivamente o sucesso, e as responsabilidades políticas apenas uma perda de tempo, urge dentro dessa sociedade a necessidade de alguém que assume o papel político, citamos: “Essas atitudes burguesas são muito úteis àquelas formas da ditadura nas quais um ‘homem forte’ assume a incômoda responsabilidade de conduzir os negócios públicos...” (Arendt, 2012, p. 441). Dessa forma, resta ao totalitarismo destruir apenas a individualidade desses homens, elemento que, para Arendt, ainda se preserva devido à necessidade de preservar a sua vida biológica.

O elemento decisivo é o que classifica como colapso do sistema de classe, que revelou as características apolíticas dos Estados-nação. A partir da queda do sistema de classe, revisita-se uma massa de indivíduos “[...] furiosos que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias eram vãs...” (Arendt, 2012, p. 444). Essa massa de pessoas enxergava a política com indiferença e considerava as autoridades corruptas e desonestas.

Com essa constatação, Arendt afirma que “[...] nessa atmosfera de colapso da sociedade de classes que se desenvolveu a psicologia do homem de massa da Europa” (Arendt, 2012, p. 444). A sociedade burguesa, com sua apatia e o sentimento de desimportante e da dispensabilidade do indivíduo, se tornou um fenômeno de massa (Arendt, 2012, p. 445). Esse cenário da sociedade europeia foi propício para o surgimento dos líderes totalitários que articularam essa massa de pessoas para seus fins sórdidos.

O fenômeno de massa é fruto da atomização social e individual extrema que precedeu o surgimento desse fenômeno (Arendt, 2012, p. 446). Dessa forma, o homem massa possui como principal característica o isolamento e a falta de relações sociais. O totalitarismo, dessa maneira, é um conjunto de “[...] organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados” (Arendt, 2012, p. 453). Dessa maneira, o líder totalitário é apenas alguém que deve guiar as massas, sendo um funcionário e não alguém que tem em vista poder, diferente do tirano que impõe sua vontade tirânica e arbitrária àqueles que governa.

A partir do exposto, podemos caracterizar o homem massa como fruto da competição das sociedades burguesas, o que gerou um cenário de isolamento, perda das relações baseadas em um mundo comum. Além da apatia com relação aos negócios públicos. O homem massificado se torna pré-condição indispensável para os movimentos totalitários, ao perde o contato com todas as esferas da vida social, o convívio consigo mesmo e o convívio com o mundo público. Trata-se, pois, de uma “(...) generalização social de um modo de ser caracterizado pela perda de toda companhia e interação humana e, portanto, pela perda de

contato com o mundo comum nos âmbitos públicos e privados” (Duarte, 2000, p. 57). Dessa forma, essas figuras acabam se tornando presas fáceis de um discurso social insidioso.

Além do processo de massificação, outro elemento que tornou o totalitarismo possível foi a união, mesmo que temporária, da ralé e da elite, fato esse possível, pois “[...] essas duas camadas haviam sido as primeiras a serem eliminadas da estruturação do Estado-Nação e da estrutura da sociedade de classes” (Arendt, 2012, p. 471). A ralé, em síntese, é a “[...] escória de todas as classes e o ‘subproduto da burguesia’ destituída de princípios...” (Hornich, 2017, p. 262). Assim, a ralé, com seu gosto pela violência e com sua grande capacidade de iniciativa, criou gosto pelos movimentos totalitários, buscando um lugar na história humana. A elite se juntou à ralé graças ao que Arendt definiu como prazer genuíno pela destruição da respeitabilidade por parte da ralé, o radicalismo atraiu as elites dos países totalitários.

Essa atração das elites pelo radicalismo da ralé é, na visão de Hannah Arendt, fruto de uma visão da realidade onde o mundo, enquanto espaço de convivência entre os homens, havia se perdido. Para a elite, “[...] a violência, o poder e a crueldade eram as supremas aptidões do homem que havia perdido definitivamente o seu lugar no universo...” (Arendt, 2012, p. 462). Os membros da elite, dessa forma, se recusaram a assumir uma posição de reconciliação com o mundo.

O totalitarismo, buscando o domínio total, se valeu do refugio da classe burguesa, a ralé, pois “[...] as massas coordenadas da burguesia constituíam material capaz de crimes ainda piores que os cometidos pelos chamados criminosos profissionais...” (Arendt, 2012, p. 472). Esses homens típicos da ralé possuíam uma capacidade ímpar de organizar as massas sob o domínio total, visto que eram empregados e bons chefes de família.

O domínio total é a perda de qualquer capacidade de iniciativa em qualquer área humana, assim os membros da ralé estavam presos dentro de sua vida privada, criando um cenário aterrador onde bastava a supressão da esfera privada para dominar os seres humanos, como bem salienta a pensadora alemã: “Nada foi tão fácil de destruir quanto a privacidade e a moralidade pessoal de homens que só pensavam em salvar suas vidas privadas” (Arendt, 2012, p. 472, 473). A partir do exposto, podemos observar que o totalitarismo, buscando o domínio total, se valeu de uma massa de homens isolados, preocupados com suas carreiras e suas famílias, bastando a supressão da esfera privada para serem totalmente dominados.

### **3.2 O poder totalitário**

O presente tópico tem em vista, a partir dos objetivos expostos na introdução, identificar a caracterização do totalitarismo e suas causas no pensamento político de Hannah Arendt. A partir disso, visaremos entender as características específicas dos regimes totalitários identificadas pela pensadora alemã, assim, Arendt afirma que o totalitarismo teve como base o terror e a ideologia. Ainda na busca pela caracterização dos regimes totalitários, veremos as atribuições dos seus líderes, o uso da propaganda e da polícia secreta e, por fim, dos campos de concentração.

Os líderes totalitários, buscando conquistar e articular as massas, utilizam a propaganda como instrumento tendo em vista o domínio total. Destacamos: “[...] as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda” (Arendt, 2012, p. 474). Em um estágio inicial, onde precisam convencer essa massa de pessoas, é necessário parecer plausível e conseguir apoio das massas, assim utilizam a propaganda. Já consolidado no poder, o totalitarismo busca através da propaganda convencer o mundo externo, seja os países não totalitários ou pessoas ainda não persuadidas pelos regimes, de uma aparente normalidade (Arendt, 2012, p. 475).

A propaganda totalitária buscava assegurar que os regimes eram infalíveis, assim as profecias das propagandas correspondiam ao anseio das massas de possuírem agora um lugar no mundo, dessa forma: “[...] estavam preparadas para se reintegrar nas forças eternas e todopoderosas que, por si, impeliram o homem, nadador no mar da adversidade, para praia segura” (Arendt, 2012, p. 484). Assim, as propagandas dos regimes totalitários tinham como objetivo o convencimento das massas e utilizaram o fato de esses homens estarem isolados de qualquer relação social comum para convencer-se de que a adesão nesse movimento assegura um espaço na história.

Se valendo da propaganda, os movimentos totalitários, buscando o convencimento, utilizaram o terror, quando a propaganda já não conseguia convencer as massas. O terror totalitário é distinto em relação ao terror utilizado nas revoluções e nas tiranias, uma vez que não tem um fim definido. Já o terror da tirania é caracterizado por eliminar a esfera pública dos cidadãos, deixando-lhe apenas a dimensão privada. Destaco: “O terror tirânico chega ao fim quando impõe uma paz sepulcral a um país” (Arendt, 2008, p. 321). Já as revoluções chegam ao fim quando é estabelecido aquilo que almejavam. Arendt cita como exemplo a instauração de um novo código jurídico. Em síntese, o terror chegará ao fim: “[...] quando a oposição é destruída, quando ninguém ousa levantar um dedo, ou quando a revolução esgota todas as reservas de força” (Arendt, 2008, p. 321).

O terror totalitário é caracterizado pela busca constante de novos inimigos, afinal como bem percebe a pensadora alemã o fenômeno totalitário só existe enquanto estiver em

movimento, citamos: “[...] só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo que os rodeia” (Arendt, 2012, p. 434). A consequência é um cenário perturbador onde esses movimentos totalitários buscam aniquilar todos, tendo em vista que precisam constantemente de adversários comuns. Isso é o que Hannah Arendt chama de um genuíno terror totalitário, no qual: “[...] os regimes não têm mais inimigos a prender e torturar até a morte, e quando as várias classes de suspeitos foram eliminadas e não podem mais ficar sob ‘prisão preventiva’” (Arendt, 2008, p. 321).

O domínio totalitário tem como finalidade destruir por completo as esferas da humanidade, impedindo qualquer organização que surge a partir da espontaneidade humana, sublinhamos: “Dada a pretensão de domínio total, todo grupo organizado na sociedade não totalitária parece constituir, especificamente, uma ameaça de destruir o movimento; cada um deles requer um instrumento específico de destruição” (Arendt, 2012, p. 508). Arendt ilustra esse cenário a partir do que os nazistas fizeram com as organizações de professores e de advogados alemães, as quais substituíram essas organizações por outras organizações patrocinadas pelos regimes, assim: “Puderam mudar, da noite para o dia, toda a estrutura da sociedade alemã — e não apenas a vida política — precisamente porque haviam preparado o correspondente exato de cada setor dentro dos seus próprios escalões” (Arendt, 2012, p. 508). Dessa forma, toda instituição surgida da espontaneidade das relações humanas, fundadas nos interesses comuns dos membros, precisaram ser substituídas tendo em vista a necessidade de preservarem os regimes, pois a pretensão do domínio total do totalitarismo é pautada na completa supressão de quaisquer relações humanas normais.

O líder totalitário precisa ser a própria representação do movimento, dessa forma: “[...] agir como a defesa mágica do movimento contra o mundo exterior e, ao mesmo tempo, ser a ponte direta através da qual o movimento se liga a esse mundo” (Arendt, 2012, p. 511). A filósofa alemã assinala a necessidade de os regimes terem de transparecer ao mundo externo uma normalidade e, da mesma forma, conseguir agir em direção a esse mundo, visto que o domínio total busca o domínio da Terra, sublinhamos: “A luta pelo domínio total de toda a população da terra, a eliminação de toda realidade rival não totalitária, eis a tônica dos regimes totalitários...” (Arendt, 2012, p. 531).

Aquele que lidera os movimentos totalitários organiza o regime de uma forma que responsabiliza todos os homens, cada membro no regime é uma extensão do grande líder, reforçamos: “[...] cada funcionário não é apenas designado pelo Líder, mas é a sua própria encarnação viva, e toda ordem emana supostamente dessa única fonte onipresente” (Arendt, 2012, p. 511). O princípio de liderança, essa onipresença do líder em quaisquer esferas, é

fundamental para o totalitarismo preservar seu movimento em busca do domínio total. Por fim, Arendt afirma que o líder totalitário precisa manter a aparência de infalibilidade dos seus atos, visto que a farsa totalitária seria esmagada pela verdade do mundo real.

Ao subirem ao poder, os regimes totalitários usam a administração do Estado para conseguirem o domínio total, a conquista da Terra. Para alcançar esse intento, instauram a polícia secreta visando tornar verdade as ficções totalitárias e, por fim, os campos de concentração como espaço de experiência do domínio total, onde buscam transformar homens em seres desprovidos de espontaneidade (Arendt, 2012, p. 531). O objetivo final do totalitarismo ao subir ao poder é o domínio total, dessa maneira seu objetivo é: “[...] a abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade” (Arendt, 2012, p. 543).

Ao subir ao poder, o líder organiza seu governo a partir de uma grande hierarquia de funções, gerando uma estrutura onde consiga total monopólio de poder e que as ordens executadas sejam eficazes. Toda ação no movimento totalitário, graças a grande hierarquia existente no regime, torna cada integrante dentro desse movimento descartável, reforçamos: “[...] a completa independência do ditador em relação a todos os subordinados e possibilitam as súbitas e surpreendentes mudanças de política pelas quais o totalitarismo é famoso” (Arendt, 2012, p. 547). Essas mudanças nos cargos são algo necessário para preservar a movimentação desses regimes, assim, cada membro é descartável. Essa independência do líder também o preserva de falhas, culpabilizando os membros dos cargos, garantindo assim a aparente infalibilidade dos seus atos.

O poder no totalitarismo é caracterizado pelo segredo, Arendt afirma que: “Quanto mais visível o poder do totalitarismo, mais secretos são os seus verdadeiros objetivos” (2012, p. 553). Assim, nas hierarquias criadas nos regimes, aquelas que transmitem mais transparência possuem menos poder e aquelas divisões que menos deixam transparecer seus planos, mais poder possuem. Para ilustrar esse exemplo, a filósofa alemã afirma que os planos do regime nazista são mais confiáveis se seguíssemos o Mein Kampf e os discursos de propaganda, do em que confiar na oratória de um chanceler do Terceiro Reich (Arendt, 2012, p. 553).

Também o poder totalitário, visando o domínio total, observa os países não totalitários como alvos, destacamos: “[...] não consideram país algum como permanentemente estrangeiro, mas, ao contrário, todo país é potencialmente uma parte do seu território” (Arendt, 2012, p. 554). Essa atitude é fruto da necessidade desses regimes estarem em constante movimento, o que Arendt chama de economia de sistemática espoliação, sempre buscando novos inimigos (Arendt, 2012, p. 556).

O poder totalitário é caracterizado pela sua organização, que utiliza o Estado como um instrumento para transparecer normalidade ao mundo externo, vejamos: “[...] usa o Estado como fachada externa para representar o país perante o mundo não totalitário. Como tal, o Estado totalitário é o herdeiro lógico do movimento totalitário, do qual deriva a sua estrutura organizacional” (Arendt, 2012, p. 560). Dessa maneira, o Estado se torna apenas uma forma de transparecer alguma normalidade diante do mundo não totalitário. Aqueles que ascendem aos cargos partidários não possuem nenhum poder, suas funções são secundárias para esses regimes, são apenas ferramentas de propaganda ao mundo externo. O verdadeiro poder totalitário, como mencionamos, reside no segredo, na falta de certeza com relação às intenções dos membros.

Outra característica do poder totalitário é o uso da polícia secreta, a definição de inimigos é parte da necessidade que o totalitarismo tem de estar em constante movimento. O que Arendt salienta é que esses inimigos dos regimes totalitários são definidos de forma prévia, destacamos: “[...] o totalitarismo define os seus inimigos ideologicamente antes de tomar o poder, de sorte que não há necessidade de informações policiais para que se estabeleçam categorias de ‘suspeitos’” (Arendt, 2012, p. 564). Vemos assim que, antes de subir ao poder, o Totalitarismo fixa seus inimigos buscando apoio das massas e, ao chegarem ao poder, utilizam-se das forças estatais para perseguir e destruir os inimigos previamente declarados.

Em suma, o Totalitarismo é: “[...] um movimento, cuja marcha constantemente esbarra contra novos obstáculos que têm de ser eliminados” (Arendt, 2012, p. 566). Definição de inimigos objetivos é a ideia central do totalitarismo, o oponente objetivo do Estado muda a cada circunstância, a qualquer momento. A novidade totalitária, diferente de outras formas de governo, reside nessa busca constante por movimento. A tarefa da polícia totalitária é, dessa forma, “[...] estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população” (Arendt, 2012, p. 566). Por esse motivo, vemos que a necessidade de constante movimento é tônica dos regimes totalitários, em tudo precisa empregar movimento, o mesmo vale na fixação de inimigos, os quais são objetificados a cada situação.

A função da polícia secreta é a constante procura por novos inimigos, esses definidos que são escolhidos de forma arbitrária, a depender de cada momento, criando, assim, um cenário onde: “A suspeita mútua, portanto, impregna todas as relações sociais nos países totalitários e cria uma atmosfera geral mesmo fora do campo de ação especial da polícia secreta” (Arendt, 2012, p. 571). Em virtude da busca constante de inimigos inéditos, qualquer membro de um país totalitário pode ser definido como novo adversário do estado, por conseguinte, concebe uma sociedade onde cada pessoa é potencialmente acusadora e acusada, carrasco e vítima.

Dessa maneira, cada novo inimigo deve ser apagado da história, destacamos: “A operação da polícia secreta, ao contrário, faz com que a vítima simplesmente jamais tenha existido” (Arendt, 2012, p. 578). Em suma, as sociedades dos países totalitários se caracterizam pela suspeita mútua entre seus pares, graças à busca consistente de inimigos, tornando cada membro um possível alvo, e o papel da polícia secreta é apagar da história os inimigos do Estado, como se nunca eles tivessem existido.

O campo de concentração é, juntamente com a polícia secreta, um traço característico da novidade totalitária. Hannah Arendt constata os campos de concentração “[...] como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível” (2012, p. 581). O objetivo dos campos de concentração era demonstrar que o domínio total era possível, o completo domínio do indivíduo a partir da perda da sua relação consigo mesmo, tornando todos os seres humanos apenas um só.

A partir da pretensão de domínio total os campos de concentração foram erigidos, assim, de forma sistemática se deu a busca por eliminar a pluralidade humana, destacamos: “[...] sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo...” (Arendt, 2012, p. 582). Todos os indivíduos seriam reduzidos a um só, as mesmas reações e atitudes. Dessa forma, os campos de concentração são um resumo de como o totalitarismo quer que as sociedades humanas sejam quando alcançarem a pretensão final do domínio total da Terra.

Os campos de concentração assinalam para a capacidade dos seres humanos se transformarem em verdadeiros animais, espécimes do animal humano, notamos: “[...] que a ‘natureza’ do homem só é ‘humana’ na medida em que dá ao homem a possibilidade de tornar-se algo eminentemente não natural, isto é, um homem” (Arendt, 2012, p. 619). Logo, a pretensão de domínio total elimina qualquer possibilidade humana de superar sua condição natural, não humana, e tornar-se verdadeiramente humano.

Isso posto, podemos assinalar a necessidade que os campos de concentração têm por tornar os homens supérfluos, vejamos: “Enquanto todos os homens não se tornam igualmente supérfluos — e isso só se consegue nos campos de concentração —, o ideal do domínio totalitário não é atingido” (Arendt, 2012, p. 605). Sendo assim, os campos de concentração tornam os homens supérfluos, eliminando toda sua espontaneidade, reservando aos seres humanos apenas o mesmo conjunto de reações e atitudes. À vista disso, Hannah Arendt assinala que buscam modificar a própria natureza humana, dessa forma buscam: “[...] não a transformação do mundo exterior ou a transmutação revolucionária da sociedade, mas a transformação da própria natureza humana” (2012, p. 608).

### 3.3 Ideologia e Terror

Ainda no intuito de compreender as características dos regimes totalitários, buscaremos no presente tópico analisar o uso das ideologias efetuado pelos regimes totalitários. A utilização das ideologias, além do uso do terror como instrumento para tornar factíveis as ideias propagadas pelas mesmas, é o sustentáculo dos regimes totalitários. Por fim, a partir das ideias arendtianas, veremos que a adesão das massas aos regimes totalitários se valeu do cenário de isolamento do homem na modernidade.

A pensadora alemã, já sinalizando as ideias apresentadas na *Condição Humana*, e vistas no capítulo que precede este, afirma que esse isolamento é fruto da vitória da dimensão do Trabalho na modernidade. O trabalho é caracterizado por ser a mais privada das atividades humanas, o que acarretou um cenário onde o homem perde o contato com os outros, com o mundo comum, se tornando instrumento das ideologias totalitárias.

Hannah Arendt define ideologia como: “[...] a lógica de uma ideia” (2012, p. 624). Essa definição demonstra que, por si mesmas, as ideologias não são totalitárias, mas que os líderes totalitários se valem das ideologias para colocar em curso o domínio total, tendo em vista principalmente a lógica do movimento contido dentro delas. André Duarte explica que a apropriação dos regimes totalitários dessas ideologias se valeu da dedução lógica que certo grupo de pessoas deveriam ser eliminadas, cito: “[...] ela deduz, a título de consequência lógica, a necessidade de exterminá-las, acelerando assim o curso natural das coisas” (2000, p. 55).

Com base nisso, a pensadora alemã define as ideologias como: “[...] são sistemas explicativos da vida e do mundo que alegam explicar tudo, no passado e no futuro, sem maiores relações com a experiência concreta” (Arendt, 2008, p. 369). Assim, as ideologias buscam explicar o curso da realidade e da experiência e isso conecta as ideologias ao terror, visto que são necessárias para: “[...] para tornar e manter o mundo coerente, para dominar os seres humanos até que percam a espontaneidade e, com ela, a imprevisibilidade especificamente humana do pensamento e da ação” (Arendt, 2008, p. 369).

Sobre o conceito de Ideologia, Lars Resmann afirma que a caracterização do totalitarismo feita por Arendt está assentada na compressão das ideologias como fator fundamental para seus planos de domínio, destacamos: “[...] que o mando totalitário é guiado por ideologias totais que se dizem aptas a explicar todas as coisas e cada ocorrência, deduzindo-as de uma premissa singular que substitui e destrói as relações sociais” (2020, p. 123). Vemos

então que, pela pretensão totalitária de domínio total, as ideologias com seu senso totalizante, assim dizendo, explicação total de todas as coisas, são de suma importância para seu objetivo.

A ideologia, conforme explica André Duarte, se associa ao terror para que as mentiras contadas pelos líderes totalitários se tornem verdadeiras e que seus atos tenham a aparência de nunca falharem, vejamos: “Mais importante do que qualquer conteúdo utilitário relativo aos interesses de uma classe ou de uma nação é a pretensão à ‘infalibilidade’ das predições ideológicas empregadas pelo totalitarismo” (2000, p. 54). As ideologias, das quais o totalitarismo se vale devido à sua lógica de movimento, buscam transparecer ao mundo interno e externo uma aparente infalibilidade.

Essa infalibilidade só é possível, pois os líderes totalitários são os únicos capazes de interpretar “[...] as leis de regência da vida humana na terra, sejam elas as leis da evolução natural das raças superiores ou da evolução histórica das classes progressistas” (Duarte, 2000, p. 54). Essas leis são contadas a partir de longos períodos históricos, como ano ou séculos, tornando as ações dos líderes totalitários impossíveis de serem calculadas, nisso reside, também, sua infalibilidade.

O totalitarismo é algo inteiramente novo na história, sendo distinto da ditadura e da tirania, dessa forma: “Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país” (Arendt, 2012, p. 611). Os governos totalitários se utilizaram dos conteúdos das ideologias e aplicaram diretamente na humanidade, usurparam as leis positivas e colocaram em prática o terror, buscando assim: “[...] converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza” (Arendt, 2012, p. 617). Isto posto, vemos que os movimentos totalitários, ao subirem ao poder, destruíram as instituições políticas e instauraram novas, se valendo agora do terror para tornar realidade as leis históricas e naturais que os líderes totalitários afirmaram interpretar.

Distinto dos governos não tirânicos, que utilizam da legalidade, e das tiranias, que se valem da ilegalidade, o totalitarismo usa o terror como forma de se manter no poder (Arendt, 2012, p. 618). O terror efetiva as leis do movimento, ou seja, sua principal meta é: “[...] tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea” (Arendt, 2012, p. 618). Por isso, o totalitarismo se distingue de toda forma de governo, pois, ao se utilizar do terror, tem em vista liquidar por inteiro as dimensões humanas, públicas e privadas.

Por se valer do terror, o totalitarismo destrói todas as leis positivas, isso tem uma consequência negativa, visto que: “As leis circunscrevem cada novo começo e, ao mesmo tempo, asseguram a sua liberdade de movimento, a potencialidade de algo inteiramente novo e

imprevisível” (Arendt, 2012, p. 619). Ao destruir as leis positivas, os regimes totalitários acabam por destruir a potencialidade humana de iniciar algo novo, de trazerem algo novo para o mundo, e negam ao homem sua espontaneidade. Em suma, a utilização do terror por parte do totalitarismo pretende sobretudo destruir a pluralidade humana, destacamos: “[...] constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas” (Arendt, 2012, p. 619).

O terror, visando o pleno funcionamento das leis da história e da natureza, não apenas eliminam a liberdade humana no campo da legalidade, para Arendt vai além, destacamos: “[...] tem de eliminar do processo não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte de liberdade no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo” (Arendt, 2012, p. 620). Posto isso, o terror tem em vista liquidar a liberdade humana, que, para Hannah Arendt, se encontra na aptidão de agir no mundo, entre os homens, e de começar algo novo (Arendt, 2012, p. 631). A plena dominação de todas as capacidades humanas, a transformação da própria natureza humana, representa o fim da liberdade, o genuíno domínio total de toda a humanidade.

Como vimos, os movimentos totalitários se utilizaram das sociedades massificadas para se articularem, usando o terror e a ideologia. Sobre as ideologias, podemos conferir a pretensão por uma explicação total, afinal: “[...] as ideologias têm a tendência de analisar não o que é, mas o que vem a ser, o que nasce e passa” (Arendt, 2012, p. 627). Assim, as ideologias explicam o curso da história em sua completude, seu passado, presente e futuro, modificando a verdade dos acontecimentos para dar forma à narrativa que tem em vista empregar.

Visto isso, podemos perceber que os movimentos totalitários se utilizaram das ideologias para empregar uma realidade mais verdadeira que aquela que podemos ver com nossos sentidos, destacamos: “[...] se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la” (Arendt, 2012, p. 627). Logo, as ideologias servem como uma explicação de uma realidade oculta de todos, revelando à humanidade o que antes estava escondido. Vale ressaltar que a capacidade de interpretação dessa realidade mais verdadeira, que o totalitário afirma conhecer, reside na figura do líder, que deve interpretar as leis da natureza e da história pronunciadas pelas ideologias e aplicar no mundo.

A adesão das massas ao Totalitarismo é fruto de os homens estarem isolados. Isolamento definido como: “[...] aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída” (Arendt, 2012, p. 633). Desta maneira, os seres humanos são impotentes, incapazes

de se organizarem, articularem, visando algum interesse comum, restando aos humanos as atividades biológicas.

Hannah Arendt salienta que o homem isolado ainda pode acrescentar algo ao mundo, mas quando eliminado a criatividade humana, a capacidade de acrescentar algo seu ao mundo dos homens, o isolamento se torna insuportável (Arendt, 2012, p. 633). Para o isolamento ganhar esse contorno, é necessário que a produção humana seja eliminada e, agora, sejamos pautados pelo trabalho, pelas necessidades biológicas, o que ocorre: “[...] num mundo cujos principais valores são ditados pelo trabalho, isto é, onde todas as atividades humanas se resumem em trabalhar” (Arendt, 2012, p. 633).

Arendt, buscando analisar o isolamento humano, utiliza o termo *animal laborans*, que pode ser definido como: “[...] apenas uma das espécies animais que povoam a Terra — na melhor das hipóteses a mais desenvolvida” (Arendt, 2020, p. 104). Isso se refere ao fato de o *animal laborans* corresponder à própria dinâmica de estar vivo, de satisfação das imposições biológicas. Por conseguinte, tornando-se *animal laborans*, resta aos seres humanos apenas o esforço de suprir suas necessidades vitais, suas necessidades biológicas. A pensadora alemã também compara o *animal laborans* com o *homo faber*, termo tal que se refere ao homem que produz o mundo de coisas, objetos a serem usados pelos seres humanos.

Podemos reparar que Arendt já iniciou, o que viria a ser no futuro, sua longa análise acerca das condições que a vida humana foi dada aqui na terra, em sua obra *A Condição Humana*, destacamos: “Embora esse conceito tenha sido mais inteiramente desenvolvido em *A Condição Humana*, sua tese demonstra como o mundo, e não um eu solitário, é a categoria central da experiência humana” (Kattago, 2020, p. 76). Assim, a pensadora alemã continua sua análise afirmando que o homem isolado é “[...] também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans* condição na qual o isolamento se transforma em solidão” (Arendt, 2012, p. 634).

A novidade totalitária, então, tem em vista superar o isolamento e destruir também a dimensão privada dos homens, assim o Totalitarismo: “[...] não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada” (2012, p. 634). Para Eduardo Jardim: “Pode-se dizer que na situação de isolamento político, os homens dispõem ainda do seu próprio mundo, o que não ocorre na solidão totalitária” (2011, p. 36). Isto posto, Arendt conclui que os regimes totalitários se utilizaram da solidão, pois esta condição representa, além da perda da dimensão pública, política, plural, da vida humana, também representa o fim da vida privada dos homens. Assim, os líderes totalitários utilizaram a solidão de forma política ao motivarem as massas a se envolverem com a política, assim: “[...] uma população deixava de lado sua apatia e

marchava na direção de onde vinha a oportunidade de expressar seu ressentimento” (Jardim, 2011, p. 36).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória filosófica e intelectual de Hannah Arendt sofreu uma grande alteração ao tomar conhecimento das atrocidades, que foram realizadas no campo de concentração de Auschwitz. A partir deste ponto, a pensadora alemã empreendeu esforços para compreender a emergência do totalitarismo, delineando suas características e buscando compreender as razões subjacentes à existência desses regimes, num esforço de reconciliação com o mundo.

Por isso, o objetivo do presente trabalho foi examinar nas obras arendtianas as experiências que contribuíram para a urgência totalitária. Tais como a perda da dimensão pública e privada que acarretou um cenário onde os seres humanos presos em sua privacidade serviram de instrumento para as propostas totalitárias de domínio total. Outro fator é a ascensão da dimensão mais baixa das atividades humanas, o Trabalho, na modernidade. Ligado ao constante ciclo biológico, o trabalho acarretou uma perda de cuidado com o mundo e o rebaixamento da política. Assim, o cenário do qual se valeu os regimes totalitários, foi de homens isolados, atomizados, que perderam a capacidade de contato com o outro. As experiências aqui citadas partem da compreensão de Arendt de que os fenômenos totalitários se construíram a partir do isolamento do homem no mundo moderno. Assim, um dos fatores que podemos destacar é a perda da dimensão pública, do mundo comum, e a subida dos assuntos privados, sociais, à cena pública.

Outros elementos trabalhados durante essa pesquisa e que se somaram à emergência totalitária são a subida da dimensão do trabalho, ligada às necessidades humanas, ao mais alto posto da *Vita Activa*. Visto que, a esfera do trabalho, experienciada somente na dimensão privada do homem, gerou uma sociedade de homens isolados entre si, preocupados apenas com sua sobrevivência.

Também visamos compreender as implicações políticas das atividades da *Vita Activa* na sociedade moderna. Desse modo, para entender o fenômeno totalitário, se faz necessário compreender as implicações da perda da distinção entre o público e o privado e as consequências disso na modernidade. Além de entender as implicações políticas das atividades da *Vita Activa* e a consequência das alterações das ordens hierárquicas das atividades.

Foi preciso, inicialmente, compreender o conceito de *Vita Activa*, os quais são o conjunto de atividades ligadas à condição em que a vida foi dada aos homens, como, por

exemplo, a condição de compartilharmos o mundo com nossos semelhantes. A Vita Activa define três atividades ligadas à forma como a vida foi dada aos homens. São elas: Trabalho, campo das necessidades humanas, a vida em seu sentido biológico; Obra, mundo artificial de coisas que produzimos, a mundanidade e a Ação, campo da pluralidade, espaço que depende do contato com o outro.

A ação é a categoria central do pensamento político desenvolvido por Arendt, visto que é a dimensão das categorias da Vita Activa que permite o verdadeiro contato com o outro, que está ligada à pluralidade humana. Outro fator que se soma é a ideia de natalidade, definida como fato de cada nova pessoa no mundo trazer consigo algo de novo, capacidade de agir. O projeto de pensamento de arendtiano, a partir da atividade da ação, é fundar uma política que seja anti totalitária, pois a ação consegue preservar a imprevisibilidade humana e a pluralidade.

Os regimes totalitários têm a intenção de superar a diferença entre as esferas privadas e públicas da vida humana, visando subjugar a humanidade completamente. Para compreender as consequências políticas dessa dicotomia, realiza-se um processo de retomada aos gregos e como pensavam essa divisão.

Para os gregos, a divisão entre o mundo público e privado era nítida. O mundo privado continha uma privacidade, melhor dizendo, o homem era de fato privado de participar das mais altas capacidades humanas, de subir a um campo elevado onde poderia se tornar humano. O mundo público é visto de duas maneiras: é o espaço onde pode ser visto e ouvido por todos e onde tenho um mundo, um lugar onde posso me relacionar com os outros.

A partir dos gregos, é possível notar, na modernidade, uma desintegração completa entre as barreiras do mundo público e privado. A ascensão do social no mundo moderno é percebida como um meio-termo entre essas duas esferas, o que significou apenas a elevação de temas privados à dimensão pública. Como consequência, temos o comportamento como parâmetro, função que tem em vista nivelar os homens, tornar previsíveis suas ações.

Assim, o homem moderno não consegue conceber essas áreas adequadamente e a necessidade de comportamento gera nos homens uma repulsa à diversidade, pluralidade, características próprias do mundo público. Além disso, não consegue compreender as consequências do mundo privado, dessa forma esse homem sofre do desamparo devido à falta de contato com o outro. O mundo vivido segundo as implicações privadas leva à superficialidade e à completa desolação.

A partir das reflexões de Immanuel Kant, Arendt se vale dos conceitos estéticos de Kant para assinalar uma possível política na obra do filósofo prussiano. Dessa maneira, ao analisar a categoria do Juízo, aponta a necessidade de um senso comunitário que permita com

que esses juízos possam existir. Vemos que a capacidade de se comunicar, expressar ideias e opiniões exige um senso de comunidade, afinal compartilhamos o mundo com outros seres humanos.

Dessa forma, ao analisar o surgimento dos movimentos totalitários, Arendt afirma que esses regimes só foram possíveis devido à existência de sociedades massificadas, fruto do contexto da Europa devastada pela Primeira Grande Guerra. Portanto, define-se homem massa como aquela abundância de indivíduos, que podem ser encontrados em qualquer país, que não se importam com a política e não se filiam a qualquer partido, associação ou organização fundada em interesses comuns.

O homem massa é aquele indivíduo que não possui espaço no mundo, se encontra em um estado de isolamento. Essa condição permitiu a ascensão de líderes totalitários que tinham capacidade de organizar e articular as massas para prosseguir com o seu plano de dominação total. Esses regimes totalitários aproveitaram-se do terror e da ideologia para articular essa massa de homens.

O terror totalitário não tem fim, ou seja, a paz não poderá nunca ser alcançada. O totalitarismo, ao contrário das tiranias que visam aniquilar o domínio público, reservando aos homens somente o mundo privado; ou das revoluções, que querem criar um novo código jurídico; o totalitarismo quer destruir esses domínios e dominar completamente a humanidade. Isso se deve à condição própria desses regimes, que só têm existência enquanto estiverem em constante movimento. Dessa forma, esses regimes sempre procuram novos inimigos, o que resulta num cenário assustador de aniquilação.

As ideologias estão relacionadas ao terror totalitário, uma vez que são as diretrizes das ações dos indivíduos. Dessa forma, o terror tem em vista dar forma a esse conjunto de ideias. Arendt salienta que essas ideologias estão apartadas de qualquer interesse comum, utilitário. O líder totalitário esvazia as ideologias de qualquer interesse comum, fazendo das suas interpretações a lei da história ou da natureza. O uso das ideologias pelos movimentos totalitários é baseado na lógica de movimento contida nessas ideologias e se valem da explicação da realidade e da experiência para alcançar o domínio total.

O totalitarismo pode ser compreendido a partir do uso das ideologias e do terror para a realização de seus planos de domínio total. Outros fatores ligados à novidade totalitária são a instauração da política secreta e o uso da propaganda, todas visando conferir veracidade às mentiras totalitárias. Por fim, no esforço de compreender o que foi o totalitarismo, Arendt destaca os campos de concentração. Definidos como laboratórios totalitários, cujo objetivo é dominar o homem, destruindo sua espontaneidade e suas características únicas.

Dessa forma, podemos constatar que os movimentos totalitários usufruíram das sociedades massificadas para dar início ao domínio total. A psicologia do homem massa surge a partir de um processo que se inicia desde a antiguidade, quando as dicotomias entre mundo privado e público foram cada vez mais esvaziadas de sentido e permitiram o processo de isolamento do indivíduo, o que resultou numa multidão de homens atomizados. Essas massas foram o instrumento ideal para a emergência totalitária, bastando aos líderes totalitários usarem a ideologia e o terror para dar início ao domínio total.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Odílio Alves. A questão social em Hannah Arendt. **Trans/form/ação**, v. 27, p. 7-20, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732004000200001>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 13ª ed., 2020.
- ARENDDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo; ensaios (1930 – 1954)**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 7ª, 2011.
- ARENDDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Tradução de André Duarte de Macedo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/390262508/ARENDDT-Hannah-Licoes-Sobre-a-Filosofia-Politica-de-Kant>. Acesso em: 16 dez. 2023
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro, Relume Duramá, 1994.
- BARROS, Halanne Fontenele. A esfera social e o homem de massa. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 3, n. 6, p. 27-34, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/pet.v3i6.2100>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- CARDOSO JÚNIOR, Nerione Nunes. **Hannah Arendt e o declínio da esfera pública**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2007.
- DE MAGALHÃES, Theresa Calvet. A atividade humana do trabalho [Labor] em Hannah Arendt. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 9, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/17849>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FRY, Karin A. **Compreender Hannah Arendt**. Tradução de Paulo Ferreira Valério. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- HORNICH, Daner. A Gênese da Política Imperialista: “A aliança entre a ralé e o capital” e “o pecado original do acúmulo original de capital” na perspectiva de Hannah Arendt. **Revista OFFLINE**, n. 10, 2017. Disponível em: <http://www.revistadialectus.ufc.br/index.php/ForaDoAr/article/view/317/197>. Acesso em: 2 fev. 2024.

JARDIM, Eduardo. **Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KATTAGO, Siobhan. Hannah Arendt sobre o mundo. *In*: HAYDEN, Patrick (org.). **Hannah Arendt: conceitos fundamentais**. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Rio de Janeiro, Vozes, 2020. p. 74-92.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos avançados**, v. 11, p. 55-65, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000200005>. Acesso em 10 abr. 2023.

LARS, Rensmann. O totalitarismo e o mal. *In*: HAYDEN, Patrick (org.). **Hannah Arendt: conceitos fundamentais**. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Rio de Janeiro, Vozes, 2020. p. 199-146.

PASSOS, Fábio Abreu dos. **O Conceito de Mundo em Hannah Arendt: Um Passo em Direção à Superação do Hiato entre Filosofia e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9HTJWT>. Acesso em: 21 set. 2023. Acesso em: 17 nov. 2023.

TURBAY, Luana. A dimensão política da dignidade humana em Hannah Arendt. **Coleção PROPG Digital (UNESP)**, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109258>. Acesso em: 20 nov. 2023.

WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho**. Ateliê editorial, 2000.

YOUNG-BRUEHL, E. **Por amor ao mundo: a vida e obra de Hannah Arendt**. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.